INVESTIGAÇÃO

Bebê de 5 meses morre em berçário em Várzea Grande

Mato Grosso - Página A5

MULHERES SEGURAS

Casas noturnas e boates devem instituir protocolo "Não é não"

Mato Grosso - Página A5

PECUÁRIA

Movimentação de fêmeas sustenta abates de bovinos em MT

Mato Grosso - Página A4

DIÁRIO DE CUIABÁ

Fundador: Alves de Oliveira ◆ O jornal de Mato Grosso

Cuiabá, sexta-feira, 19 de abril de 2024

Ano LVI ◆ No 16432 ◆ R$ 3,00 (capital) R$ 3,50 (interior)

MEIO AMBIENTE

MT e MS unem esforços em proteção ao Pantanal

Com termo de cooperação assinado ontem (18), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul se comprometem na proteção, desenvolvimento sustentável e na uniformização da legislação sobre o uso dos recursos naturais do Pantanal

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul assinaram, ontem (18), termo de cooperação visando a união de esforços na defesa, proteção e desenvolvimento sustentável do Pantanal, bioma presente nos dois estados e considerado maior planície alagada contínua do mundo. A partir de agora, Mato Grosso e Mato Grosso vão atuar em conjunto contra crimes ambientais na região, como queimadas e desmatamento. A assinatura do termo de cooperação entre os dois estados foi realizada durante o "Seminário sobre as Causas e Consequências do Desmatamento no Pantanal", evento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas (MMA), em Campo Grande (MS). Estiveram presentes o governador do Estado, Mauro Mendes; o governador do MS, Eduardo Riedel, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Com a medida, os dois estados se comprometem a uniformizar e compatibilizar a legislação sobre o uso dos recursos naturais do Pantanal e a elaborar o Plano Integrado de Prevenção, Preparação, Resposta e Responsabilização a Incêndios Florestais para o bioma brasileiro. Nos últimos anos, a temporada de fogo no Pantanal tem sido cruel. Neste ano, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o bioma registra aumento de 992% no número de focos de calor comparado aos primeiros meses de 2023. De acordo com o Inpe, desde 1º janeiro até ontem (18), o Pantanal contabilizava 590 pontos de queimadas contra 54 detectados no mesmo período do ano passado. Com o termo, os estados envolvidos também se comprometem a monitorar a fauna silvestre e promover o fomento da produção sustentável do bioma; manutenção da biodiversidade. monitoramento da contaminação dos rios, avaliação dos impactos ambientais e das ações do planalto na planície.

Mato Grosso - Página A5

Máxima 33
Mínima 19

TÊNIS

Bia Haddad fala sobre como engravidar e até menstruar são desafios para mulheres no tênis

Esportes - Página A8

Bienal de Veneza mira os modernismos da periferia e faz o museu dos excluídos

Ilustrado - Página E1

ISSN 1517-3739

20 Páginas

INDICADORES

Poupança	0,5000%
TR/jun	0,0000%
TBF/nov	0,4609%
Dólar/Comercial*	R$ 4,2483/4,2488%
Dólar/Paralelo*	R$ 4,1370/4,1390%
Dólar/Turismo*	R$ 4,0800/4,3200%

*Preço de compra e venda

COTAÇÕES

SOJA (saca 60kg)	
Rondonópolis	R$ 164, 05
Sorriso	R$ 157,95
ALGODÃO (saca 15kg)	
Rondonópolis	R$ 163,29
Primavera do Leste	R$ 161,79

DIÁRIO DE CUIABÁ
Um jornal a serviço de Mato Grosso
Publicado desde 1968
Fundador Alves de Oliveira (1932-1969)

Diretor-presidente ADELINO M. M. PRAEIRO
Diretor Editorial GUSTAVO OLIVEIRA

Conselho Consultivo
ADELINO M. M. PRAEIRO
GUSTAVO OLIVEIRA

ASSINATURAS: (65) 3054-2511 | 3052-1992
CLASSIFICADOS: (65) 3644-1695
COMERCIAL: (65) 3644-1695
comercial@diariodecuiaba.com.br

VENDAS AVULSAS
Dias Úteis: Cuiabá R$ 3,00 / Interior R$ 3,50 / Outros Estados R$ 3,50
Domingo: Cuiabá R$ 3,50 / Interior R$ 4,00 / Outros Estados R$ 4,00

ENDEREÇO:
Avenida Historiador Rubens de Mendonça, Nº 1731 — Loja 04 — Bosque da Saúde — Cuiabá-MT — 78.050-000 — Fone: (65) 3644-1695
Filiado à ANJ Associação Nacional de Jornais

Médicos às regiões desassistidas

Um levantamento do Conselho Federal de Medicina (CFM) constatou que o Brasil tinha no início deste ano 575.930 médicos, ou 2,8 por mil habitantes — quase 40% acima da proporção de 2016 e mais que o triplo do que havia em 1990. Com isso, o país se aproxima da média de 3,3 verificada na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ainda assim, persistem as carências na saúde da população, em razão da alta concentração de profissionais nas regiões mais ricas e nas capitais.

Num extremo está Brasília, com 6,3 médicos por mil habitantes. Noutro, Pará (1,4) e Maranhão (1,3). No Nordeste, que reúne 27% dos brasileiros, estão 19% dos médicos — à razão de 2,2 profissionais por mil habitantes. O Norte, com 9% da população, abriga apenas 5%, ou 1,7 por mil habitantes. O Sudeste exibe a maior concentração: 3,8, acima da média da OCDE. Vivem na região 51% dos médicos do país, para atender 42% da população. No Sul, estão 16% dos médicos e 15% da população (são 3,3 por mil habitantes). No Centro-Oeste, 9% dos médicos para assistir 8% dos habitantes (razão de 3,4). Ambas as regiões também estão acima da média nacional e ostentam indicadores de país de alta renda.

A equação que o Brasil será obrigado a resolver tem duas variáveis-chaves. Uma é a desconcentração regional. Outra, a melhora na qualidade dos profissionais, degradada com a expansão de faculdades privadas nas últimas décadas. A formação em diversas delas é descrita como "uma tragédia" por Margareth Dalcolmo, pesquisadora da Fiocruz e presidente da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT). Não pode ser satisfatória uma graduação em medicina sem acesso a ambulatório e a hospital, sem o exercício da prática e sem uma proporção de médicos qualificados no corpo de professores.

O programa Mais Médicos, criado em 2013, no governo Dilma Rousseff, para deslocar médicos ao interior, embora tenha ficado conhecido pela iniciativa malsucedida de importar profissionais cubanos, partia de um princípio correto: levar saúde de qualidade à população desassistida. Só que isso não depende apenas de oferecer salários atraentes onde estão as maiores necessidades.

> Total de profissionais se aproxima do nível dos países ricos, mas persistem carências regionais

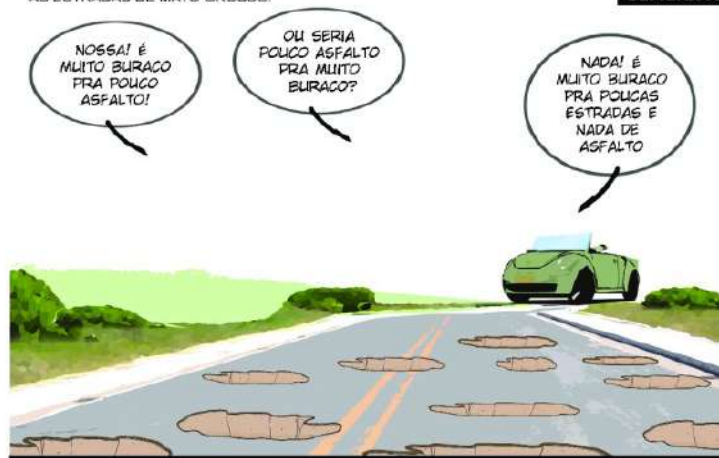
"Não adianta só mandar médicos para os rincões: é preciso melhorar a qualidade da infraestrutura e do serviço prestado", diz a infectologista e epidemiologista Luana Araújo. Dalcolmo propõe a formação de médicos nas próprias regiões, com plano de carreira para que permaneçam no local onde se formam. É uma entre tantas outras ideias que precisam ser debatidas. Para levar saúde de qualidade à população carente dela, o país terá de encontrar um novo caminho.

Boa do Dia

Em julho, o Banco Central afirmou que, com o Pix, será possível sacar dinheiro no varejo. Depois disso, a empresa de caixas eletrônicos Tecban afirmou que também oferecerá essa solução. Agora, a Abecs (associação da indústria de cartões) afirmou que também trabalha com essa possibilidade. O saque no varejo existe em diversos países e chegou a existir no Brasil em um passado distante, segundo Ricardo Vieira, diretor da Abecs. Não havia um padrão e o serviço caiu em desuso.

Dissonante

Somente no primeiro semestre deste ano, ao menos 4.305 pessoas já caíram no golpe de estelionato, em Mato Grosso. O número é 16% maior que no mesmo período de 2019, quando foram registradas 3.727 ocorrências. No topo da lista dos registros estão clonagem de WhatsApp (23,9%), seguidos de uso indevido de dados pessoais (15,7%), boleto falso (10,7%) e golpe por sites de comércio eletrônico (8,4%), conforme dados da Superintendência do Observatório da Violência da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT).

AS ESTRADAS DE MATO GROSSO. — GENERINO

NOSSA! É MUITO BURACO PRA POUCO ASFALTO!
OU SERIA POUCO ASFALTO PRA MUITO BURACO?
NADA! É MUITO BURACO PRA POUCAS ESTRADAS E NADA DE ASFALTO

Erramos

EDIÇÃO ANTERIOR

Na página A2 da Edição 16195, com data: Cuiabá, quarta-feira, 25 de abril de 2023, a data correta é: Cuiabá, quarta-feira, 26 de abril de 2023. À página A4 do caderno de Política, na matéria "CGE instaura PAD contra coronel", o texto correto é "... de Aquisições, Sílvia Mara Gonçalves; a ex-coordenadora de Gestão de Contratos, Kamila Vilela; e o servidor Ademir Soares Guimarães Júnior...". O texto do quarto parágrafo é "... Em dezembro de 2014, quando foi deflagrada pela Delegacia Fazendária a operação Edição Extra, que apurou suspeita de um desvio de R$ 44 milhões dos cofres públicos por meio de fraudes...". E suprime-se o décimo parágrafo, que começa com "Todas as prisões já foram revogadas..."

Nos mesmos caderno e página, o título correto da matéria "Governo acelera obras de duplicação da MT-010" é "Governo executa obra de duplicação da MT-010".

Ainda nos mesmos caderno e página, na matéria "TCE apura superfaturamento na Secopa", o texto correto é "... que circulou na quinta-feira (31), o Ministério...".

Carta do Leitor

Bolsonarista apoia projeto que retira Mato Grosso da Amazônia Legal

A saída de Mato Grosso das áreas circunscritas da Amazônia Legal representa o aumento do desmatamento, a destruição implacável da porção de floresta que está arraigada em nosso estado.
MAXWELL TEIXEIRA, Cuiabá/MT

Pastor pediu ouro em troca de verba do MEC, diz prefeito

No governo Bolsonaro não tem corrupção? É o que ele sempre diz. Esse cara tenta enganar todos.
ELISA CALDAS

Canções recusadas por Roberto Carlos formam playlist que vai de Tom Jobim a Cartola

Esta é a razão do grande sucesso do rei. Ele sabe escolher o que vai par um disco. Não por ai pegando qualquer coisa e gravando, mas acho que algumas como Angela, Certas Palavras iria ficar muito linda na voz do rei. Mas majestade é majestade, nunca se curva diante da plebe.
ROOSEVLT HIGHLANDER
highlander_pimortal@hotmail.com

MT tem 63,7 mil doses a vencer e libera 4ª aplicação para idosos

Tem que perguntar aos deputados e governador o que fazer com essas vacinas. Eles criaram a lei para atrapalhar a vacinação.
JOSE CAMPOS
joseluizcampos62@gmail.com

MT tem 1,2 milhões de pessoas com a dose reforço em atraso

As vacinas estão aí disponíveis falta conscientização da população em vacinar evitando a proliferação fo vírus e as mortes.
ANTÔNIO TENUTA, Cuiabá/MT
Astenuta@bol.com.br

Área plantada com soja deve superar 10 milhões de ha em MT

Haja área para a expansão da sojicultura. "Era uma vez um bioma chamado Cerrado".
CLARA OLIVEIRA, Cuiabá/MT

Ferrogrão vai desmatar 2 mil quilômetros quadrados em MT

As coisas são mais embaixo, temos a indústria de pneus, porto de Santos e outros do Sul e sudeste, governo de SP e PR. Todos esse vão perder. Os Americanos querem que a nossa colheitas saiam no Sudeste e não no norte (Pará), pois deixaria mais lucrativa para nossa agricultura.
CREVERSON M. LONDON, Cuiabá/MT
creversonmagalhaes@sema.mt.gov.br

Fórum Sindical perde credibilidade ao se reunir com Emanuel, diz Mauro

Qual a lógica dessa falas, vinda de um gestor que não valoriza os servidores. Pedro Taques, também pisou no servidor e Mauro Mendes fez o mesmo, nas urnas o futuro de Mauro Mendes será o mesmo de Pedro Taques.
WANDER ALMEIDA
wandercyalmeida@gmail.com

Documentário "Romance de Rio e Serra" faz homenagem a Divino Arbués

Uma homenagem muito justa, pela perseverança de lutar e ajudar a construir a parte cultural de Barra do Garça. Conheço o Divino há muitas décadas parabéns pelo trabalho do documentário. Assistiremos com prazer.
LEIA CARVALHO
marialeiacarvalhodesouza@gmail.com

Zeca Camargo terá direito ao seu próprio Lombardi em quiz

Gosto muito de programas de perguntas dese muito tempo,mas esse programa superou minhas expectativas pois é difícil acertar tudo devido as variações das perguntas, gostaria de um dia participar pois sempre acertei tudo, parabéns.
ANTÔNIO NUNES MOREIRA
antonionunesmoreira@hotmail.com

Alecy Alves

Ação contra PCC

A maior facção criminosa do Brasil, o Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecida pelo envolvimento em tráfico de drogas, de armas e noutras atividades ilegais, tem progressivamente adotado a estratégia perniciosa de se infiltrar em negócios formais e nos Poderes do Estado. O fato gravíssimo, apontado por Lincoln Gakiya, promotor do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de São Paulo, exige uma resposta na mesma medida: uma estratégia nacional de combate ao crime organizado. A Operação Fim da Linha, deflagrada nesta semana em São Paulo, é um exemplo de como vencer essa batalha. Quando trabalham em conjunto, as instituições têm capacidade de reação poderosa.

Agindo de modo coordenado, autoridades estaduais e federais apostaram na inteligência para desbaratar um esquema envolvendo empresas de ônibus paulistanas, suspeitas de lavar o dinheiro de tráfico de drogas, roubos e outros crimes para o PCC. Tanto a UPBus como a Transwolff (TW) disputaram licitações em São Paulo sem concorrentes e venceram. Juntas, transportavam 700 mil passageiros por dia nas zonas Sul e Leste da capital paulista. No ano passado, a TW, com frota de 1.306 ônibus, recebeu R$ 748 milhões da Prefeitura paulistana para operar 143 linhas. Menor, a UPBus, com 159 veículos, ficou com R$ 88 milhões.

De acordo com as investigações, um dos expedientes usados para lavar o dinheiro ilícito era distribuir dividendos milionários aos sócios — suspeitos de vínculos com o PCC — mesmo nos anos em que as empresas davam prejuízo. Entre 2015 e 2022, período em que uma das empresas registrou perdas acumuladas de mais de R$ 5 milhões, um dos sócios recebeu quase R$ 15 milhões. A Prefeitura paulistana assumiu provisoriamente a operação das linhas de ambas. A intervenção será mantida enquanto durar a investigação. Para evitar sabotagem, a Polícia Militar aumentará o patrulhamento nas garagens, pois um dos principais alvos da operação, suspeito de integrar a cúpula do PCC, segue foragido.

Ao todo, a Justiça bloqueou R$ 596 milhões, com o sequestro de 43 imóveis e bens de 28 empresas. A lista inclui joias, relógios, lanchas e até um helicóptero. Um dos imóveis pertencentes ao PCC estava declarado com valor de R$ 800 mil, embora seja avaliado em R$ 10 milhões. Os mandados de busca e apreensão foram executados principalmente na capital paulista, mas também em cidades próximas como Barueri, Cotia, Guarujá, Guarulhos, Itapecerica da Serra, Itaquaquecetuba, Itu, Mauá, Santana do Parnaíba, São Bernardo do Campo e São José dos Campos. A extensão da operação demonstra o alcance estarrecedor dos negócios vinculados ao crime organizado.

A tentativa preocupante do PCC de se infiltrar nas instituições do Estado não deve ser motivo para desalento. Outros países assolados pelo crime organizado já demonstraram o caminho para combatê-lo. A Operação Fim da Linha mostra como é possível segui-lo no Brasil. Decisões judiciais firmes e a cooperação entre Ministério Público, Polícia Militar, Receita e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) garantiram a execução da primeira fase. Foi um avanço a colaboração entre autoridades estaduais e federais. Trata-se de demonstração eloquente da necessidade de uma força-tarefa nacional para desarticular todas as ramificações das facções criminosas — o ideal é que a coordenação caiba ao governo federal. O Estado brasileiro conta com competência, poder de investigação e capacidade de coletar inteligência para enfrentá-las. Basta as autoridades levarem a tarefa a sério.

*Alecy Alves é jornalista em Cuiabá

COMERCIAL
comercial@diariodecuiaba.com.br
midia@diariodecuiaba.com.br
Fone: (65)3644-1695

SUCURSAIS
Cáceres: Rua dos Pes quadra 28 casa 03 - bairro Jardim Celeste (Pousapar)
Fone: (0xx65) 3223-0522, 9965-6176 e 8435-3777
Barra do Garças: Rua Amaro Leite, 715 - Centro
CEP 78600-000
Tangará da Serra: Rua 40 S/N - Jardim Aeroclube
CEP 78300-000 - fone: (0xx65) 3326-3216

REDAÇÃO
Diretor Redação: GUSTAVO OLIVEIRA
gustavo@diariodecuiaba.com.br
Editor Executivo
Editora de Opinião
Editor de Política:
redacao@diariodecuiaba.com.br
Editor de Cidades:
redacao@diariodecuiaba.com.br
Editora de Economia: MARIANNA PERES
marianna@diariodecuiaba.com.br
Editor de Brasil/Mundo
Editor de Esportes
Editor de Ilustrada
Redação:
Fone: (65) 3644-1695
email: redacao@diariodecuiaba.com.br
Endereço eletrônico:
www.diariodecuiaba.com.br

OS ARTIGOS DE OPINIÃO ASSINADOS POR COLABORADORES E ARTICULISTAS SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DE SEUS AUTORES

Brasil sem misoginia

*** SHEILA KLENER**

Participei, recentemente, de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, para discutir o "Brasil sem Misoginia". O evento contou com inúmeras figuras políticas, estudiosos sobre o assunto e também com a presença da Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves. Mas o que é misoginia? Misoginia é um termo oriundo da Grécia antiga usado para conceituar as relações nocivas que ocorrem entre homens e mulheres.

A misoginia é um sentimento de aversão patológico pelo feminino, que se traduz em uma prática comportamental machista, cujas opiniões e atitudes visam o estabelecimento e a manutenção das desigualdades e da hierarquia entre os gêneros, corroborando a crença de superioridade do poder e da figura masculina. Um Brasil sem misoginia é uma visão que a sociedade almeja, onde todas as mulheres possam viver livres do peso do preconceito, da discriminação e da violência de gênero.

Significa construir uma sociedade onde o respeito, a igualdade e a dignidade sejam valores inegociáveis, onde as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e alcançar seu potencial sem limitações impostas em nossas estruturas sociais. Para alcançar esse ideal, é fundamental desconstruir padrões e estereótipos de gênero que perpetuam a desigualdade e a subjugação das mulheres. Isso envolve não apenas mudanças individuais de pensamento e comportamento, mas também transformações profundas em instituições, leis e políticas públicas que ainda perpetuam a desigualdade de gênero.

> "Um Brasil sem misoginia é aquele onde as mulheres são vistas e tratadas como seres humanos completos"

Um Brasil sem misoginia é aquele onde as mulheres são vistas e tratadas como seres humanos completos, com voz, autonomia e poder de decisão sobre suas próprias vidas. É um lugar onde a participação feminina em todos os espaços, sejam eles políticos, econômicos, culturais ou sociais, é não apenas encorajada, mas também valorizada e respeitada. Além disso, um Brasil sem misoginia é aquele que reconhece e combate todas as formas de violência contra as mulheres, sejam elas físicas, psicológicas, sexuais ou econômicas. É um país onde as mulheres possam denunciar os abusos que sofrem e receber o apoio e a proteção necessários para se recuperarem e reconstruírem suas vidas.

Educação, conscientização e empatia são ferramentas essenciais nesse processo de construção de um Brasil sem misoginia. É preciso educar crianças e jovens desde cedo sobre a igualdade de gênero, o respeito mútuo e a importância do consentimento. É necessário promover uma cultura de respeito e empatia, onde todas as pessoas possam se colocar no lugar umas das outras e reconhecer as desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade.

Em última análise, um Brasil sem misoginia é um Brasil mais justo, mais humano e mais inclusivo para todas as suas cidadãs. É um objetivo que vale a pena perseguir e que requer o comprometimento de todos nós, homens e mulheres, na luta pela igualdade de gênero e pelo respeito aos direitos das mulheres.

* SHEILA KLENER é geóloga e servidora pública.
anaferreira2012@gmail.com

Alimentação balanceada e sem carne

*** MARIANA GUEDES**

Durante o mês de março é discutido o uso consciente da carne, esse período faz parte de uma ação para incentivar as pessoas a consumirem menos esse tipo de proteína, que começou como um movimento de uma ONG nos Estados Unidos, mas que obteve a adesão de milhões de pessoas ao redor do mundo. Deixar de comer o alimento tem sido uma opção voluntária para um número crescente de pessoas no Brasil.

Segundo uma pesquisa da Inteligência em Pesquisa e Consultoria (Ipec), em parceria com a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), cerca de 46% dos brasileiros, considerando todas as regiões do país e faixas etárias, deixam de comer carne pelo menos uma vez por semana, por vontade própria.

Além disso, um terço dos brasileiros buscam opções veganas nos cardápios, de acordo com a mesma pesquisa. Na ocasião, 30 milhões de brasileiros se declararam veganos, isto é, adeptos da dieta e do uso em geral de produtos isentos de componentes de origem animal, o que corresponde a quase 14% da população total do país.

A mudança de hábitos para uma dieta vegana ou vegetariana não oferece risco à saúde. Ela alerta, porém, para a necessidade de acompanhamento de um profissional da nutrição habilitado. Se não estiver com uma dieta balanceada em proteínas, zinco, ferro e vitamina B12, principalmente, pode acarretar um quadro de anemia e baixa proteína, deixando o sistema imunológico também mais frágil.

É importante se atentar a esses aspectos, principalmente para a vitamina B12. Ela relata que a B12 está presente nos alimentos de origem animal, podendo causar anemia e oferecer riscos à saúde quando estão pouco disponíveis no organismo. Neste caso específico, é preciso fazer suplementação por cápsulas, principalmente para as crianças ou mulheres grávidas, cuja necessidade de B12 é ainda maior do que na população geral.

Para a suplementação do organismo, na falta da carne, podem ser utilizados outros alimentos. Temos alimentos ricos em proteína de origem vegetal, como castanhas, semente de abóbora, girassol, linhaça, quinoa, amaranto, cogumelos, algas e leguminosas, como o feijão. Além dos vegetais que auxiliam na reposição de vitaminas e minerais, como os vegetais verdes escuros e sua associação com frutas ricas em vitamina C, para auxiliar na melhor absorção do ferro.

Os benefícios de não consumir carne, mas que deve ter os seus cuidados. Algumas pessoas que têm gastrite, úlcera, problemas digestivos, doenças intestinais, colesterol alto, doenças cardiovasculares, se beneficiam em cortar a carne, entretanto, não devemos generalizar já que o indivíduo é um ser único. O ideal é nunca abusar de algum tipo de alimento, então variar com outras fontes de proteína é o mais indicado.

Sobre os cuidados para quem deseja começar uma dieta vegetariana ou vegana. Se programe para consumir mais leguminosas, verduras, castanhas e sementes em uma rotina. Inicie o uso também de cogumelos. E não deixe de procurar um profissional nutricionista para acompanhar esse planejamento e realizar exames bioquímicos para avaliar se está tudo bem.

* MARIANA GUEDES, nutricionista e professora de nutrição do Estácio.
imprensa@interativacomunica.com.br

É crise de ansiedade ou infarto?

*** MAX LIMA**

Muitas pessoas chegam ao hospital acreditando estar tendo um infarto, porém ao passar pelo médico o diagnóstico é uma crise de ansiedade, visto que os sintomas são muito parecidos como: dor no peito, ansiedade, falta de ar, palpitações, sudorese, sensação de sufocamento, náuseas, tontura, calafrios e medo de morrer, entre outros sinais que são comuns a eventos cardíacos e ataques de pânico.

Mas na dúvida, vá ao seu médico ou procure o pronto-atendimento mais próximo, assim que os sintomas se iniciarem, porque se for infarto, o paciente tem que ter atendimento imediato para não ter consequências mais graves.

Se for crise de ansiedade, embora não cause perigo de morte, precisa ser diagnosticada e tratada para que a qualidade de vida do paciente melhore.

Vamos então entender a diferença de cada um:

Ataque de pânico

O ataque de pânico é o que está relacionado aos sintomas comuns ao infarto. Ele é caracterizado por um período curto em que uma pessoa sente angústia e medo extremos, de início súbito e acompanhados por sintomas emocionais e físicos. Os sinais do ataque de pânico são:

- dor no peito;
- sensação de engasgo;
- medo de morrer, perder o controle ou enlouquecer;
- agitação;
- náuseas e vertigens;
- dormência e formigamento, principalmente, nas mãos e pés;
- palpitações;
- sudorese;
- tremor;
- sensação de falta de ar.

Geralmente, os sinais atingem o seu ápice em 10 minutos e, após esse tempo, regridem. Quando isso ocorre, não há alterações nos exames laboratoriais, ou seja, um médico não consegue achar nenhum problema na saúde do paciente que justifique os sintomas.

Infarto

Os músculos do coração trabalham sem pausa para oferecer sangue rico em nutrientes e oxigênio para todo o organismo. No infarto ocorre um bloqueio em alguma dessas artérias, resultando em isquemia (falta de sangue). Os músculos do coração podem aguentar a isquemia por alguns minutos, mas, se o suprimento de sangue não retornar, o tecido sofre necrose, ou seja, morre. Os sintomas são:

- dor no peito, geralmente, opressiva, que pode irradiar para nuca, queixo, ombros ou para os membros superiores;
- dor no abdômen, que pode ser confundida com indigestão (menos frequentemente);
- sensação de desmaio ou desmaio;
- transpiração intensa e repentina;
- náuseas;
- falta de ar;
- dormência e formigamento;
- palpitações;
- inquietação;
- sensação de morte iminente;
- desorientação.

Como visto, a dor no peito de ansiedade e a de um infarto podem ser muito semelhantes. Dessa forma, é indicado procurar um serviço de urgência logo quando os sintomas começam. Afinal, no caso de um infarto, o tempo é um fator importante para a recuperação e a possibilidade de cura do coração. No caso de ansiedade, após o atendimento de emergência deve-se acompanhar com psiquiatra.

* MAX LIMA é médico especialista em cardiologia e terapia intensiva, conselheiro do CFM, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia de Mato Grosso(SBCMT), Médico Cardiologista do Heart Team Ecardio no Hospital Amecor e na Clínica Vida Diagnóstico e Saúde. CRMT 6194
robcas.roberta@gmail.com

Cuiabá Urgente

Barrado
Vereador eleito pelo PP, Marcrean Santos tentou se filiar ao União Brasil e não foi aceito. Em busca de legenda, Marcrean correu para o MDB e vive um dilema.

Compromisso
Marcrean tem acordo com o deputado Eduardo Botelho (União) para apoiá-lo na disputa municipal em Cuiabá, mas a filiação proíbe, em ele quer alforria.

Vai que vai
Fonte ligada a Marcrean revela que ele pedirá licença a Baleia Rossi para botelhar. Caso não consiga, oficialmente cruza os braços, mas seu grupo ficará com Botelho.

Roteiro
Hoje (19) o governador Mauro Mendes (União) inaugura obras em Juara e outras cidades da região. Em sua comitiva, o senador Jayme Campos e deputados estaduais.

Boas-vindas
Em Juara, a deputada estadual Janaina Riva (MDB) e o prefeito anfitrião Carlos Sirena (PL) receberão o governador, que permanecerá na região até sábado (20)

Fora Dorner!
Seguranças de Jair Bolsonaro não permitiram que o prefeito de Sinop, Roberto Dorner (PL) e sua mulher subissem na carroceria do carro que desfilou com Bolsonaro.

Mancada
Uma das pautas da visita do ex-presidente era reforçar a pré-candidatura de Dorner à reeleição, mas a ação dos seguranças foi um tiro no pé do visitante.

Mundo cão
No Senado, ao citar os três latrocínios de motoristas de aplicativos em Várzea Grande, Jayme Campos (União) alertou que a violência avança no país inteiro.

Sangue
JC lembrou que o Brasil é o oitavo país mais violento da lista, liderada pela Jamaica e seguida por Honduras, África do Sul, México, Santa Lúcia, Belize e Colômbia.

Luto
Os corpos das servidoras da Prefeitura de Tapurah, Débora Cristina Santos, Sandra Bourscheit e Amália da Cruz Silva foram sepultados ontem (18) naquela cidade. O corpo da secretária de Ação Social, Vanessa Magri foi sepultado em Lucas do Rio Verde. As quatro morreram na véspera, numa colisão, quando viajavam para Tangará da Serra.

Repercussão
O prefeito de Tapurah, Carlos Capeletti, decretou luto oficial de três dias. O deputado estadual Nininho, lamentou as mortes e enviou condolências aos familiares.

Bilíngue
Em Xavante e Português, a Cartilha Aves foi lançada na UFMT em Barra do Garças. Seu conteúdo foi elaborado por professores e alunos, e indivíduos Xavante.

Cultura
A cartilha mostra a relação do Xavante com as aves, que está presente em seus rituais e no cotidiano dos aldeamentos da etnia dispersa no Vale do Araguaia.

Gol
Por sorteio feito pela CBF, o Cuiabá enfrentará o Goiás na terceira fase da Copa do Brasil, em data ainda em aberto. O segundo jogo será na Arena Pantanal.

Caixa
O classificado disputará as oitavas de final da competição. Pela participação na fase, o Dourado receberá 2,2 milhões. O classificado embolsará mais 3,4 milhões.

Vigarice
Em Cuiabá, falsários estão se fazendo passar por servidores do INSS em busca de "Prova de vida presencial". O INSS revela que não adota esse procedimento.

Refresco
Por unanimidade os vereadores em Várzea Grande reajustaram seus salários em 80,57%, passando de 10 mil para 18,1 mil a partir de janeiro de 2025.

Folha
Para se tornar lei o reajuste terá que passar pela sanção do prefeito Kalil Baracat (MDB). A Câmara tem 21 vereadores, que juntos receberão mensalmente 380.100 reais.

Agenda
A 1ª Festa do Milho é o evento que acontece nos dias 20 e 21 deste mês de abril em Curvelândia, município no polo de Cáceres, na faixa de fronteira com a Bolívia.

PECUÁRIA | Ao todo, foram abatidos 1,76 milhão de bovinos no 1º trim/24, conforme dados do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea-MT)

Movimentação de fêmeas sustenta abates de bovinos em MT no primeiro trimestre

MARIANNA PERES
Da Reportagem

Ao todo, foram abatidos 1,76 milhão de bovinos no 1º trim/24, conforme dados do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea-MT)

Influenciado pelo patamar recorde da presença de fêmeas nas indústrias, Mato Grosso fecha o primeiro trimestre de 2024 com maior volume nos abates para o período. Ao todo, foram abatidos 1,76 milhão de bovinos no 1º trim/24, conforme dados do Instituto de Defesa Agropecuária (Indea-MT) e avaliados pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

Conforme os analistas do Imea, o valor é 30,88% superior ao do 1º tri/23 e o maior volume já registrado para o período, sendo 43,15% acima da média histórica, que é de 1,22 milhão de cabeças.

"As fêmeas foram as principais propulsoras desse crescimento, com 951,15 mil cabeças abatidas no período, aumento de 44,56% no comparativo anual. Ainda, as fêmeas em idade reprodutiva, ou maiores de 24 meses, representaram 76,32% do total de fêmeas abatidas no 1º trim/24, resultado do abate das fêmeas não emprenhadas na estação de monta", explicam.

A perspectiva para o 2º trim/24 é de redução na participação de fêmeas nos abates do estado, visto que historicamente foram apenas seis vezes, em 21 anos, que a participação de fêmeas nos abates totais no 2º trim superaram o 1º trim, mesmo com o aumento sazonal nos abates em maio, em função do ajuste na lotação das pastagens.

EXPORTAÇÕES - Segundo os dados da Secex, em mar/24, Mato Grosso enviou 51,94 mil TEC para o exterior, aumento de 25,78% em comparação com o mesmo período de 2023. Em relação ao 1º trimestre de 2024, foram embarcados 154,68 mil TEC, sendo esse o maior volume para o período da série histórica.

Entretanto, o preço médio pago pela tonelada exportada no 1º trim/24 reduziu 5,16% ante o 1º trim/23, e 17,06% comparado ao patamar de 2022. Além disso, a China seguiu como principal compradora da carne bovina mato-grossense, com participação de 43,19% no volume exportado (redução de 3,10 p.p. ante o 1º trim/23). "Ainda, mesmo com o recuo no preço médio da tonelada exportada, o intenso ritmo dos embarques da proteína vermelha ao longo dos primeiros meses de 2024 sustentou os preços do boi gordo no estado, que poderiam ser ainda menores no período, devido ao alto volume de animais abatidos em Mato Grosso".

5º NO RANKING

MT supera 1,6 gigawatt de potência na geração própria de energia solar

Da Reportagem

Mato Grosso registra mais de 1,6 gigawatt de potência instalada na geração própria de energia solar. De acordo com dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), o estado possui mais de 118 mil conexões operacionais de energia solar em telhados e pequenos terrenos, espalhadas por 141 cidades, ou 100% dos municípios da região. Atualmente são mais de 135 mil consumidores de energia elétrica que já contam com redução na conta de luz, maior autonomia e confiabilidade elétrica.

A potência instalada de energia solar distribuída no Mato Grosso coloca o estado na quinta posição do ranking nacional da ABSOLAR. Desde 2012, a modalidade já proporcionou ao Mato Grosso a atração de mais de R$ 8,1 bilhões em investimentos, geração de mais de 49,8 mil empregos e a arrecadação de mais de R$ 2 bilhões aos cofres públicos.

Para Tiago Vianna de Arruda, coordenador estadual da ABSOLAR no Mato Grosso, o avanço da energia solar no País é fundamental para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil e ajuda a diversificar o suprimento de energia elétrica do País, reduzindo a pressão sobre os recursos hídricos e o risco da ocorrência de bandeira vermelha na conta de luz da população.

"O estado do Mato Grosso é atualmente um importante centro de desenvolvimento da energia solar. A tecnologia fotovoltaica representa um enorme potencial de geração de emprego e renda, atração de investimentos privados e colaboração no combate às mudanças climáticas", comenta.

Segundo o presidente executivo da ABSOLAR, Rodrigo Sauaia, o crescimento da geração própria de energia solar fortalece a sustentabilidade e protagonismo internacional do Brasil, alivia o orçamento das famílias e amplia a competitividade dos setores produtivos brasileiros.

"A fonte solar é uma alavanca para o desenvolvimento do País. Em especial, temos uma imensa oportunidade de uso da tecnologia em programas sociais, como casas populares do programa Minha Casa Minha Vida, na universalização do acesso à energia elétrica pelo programa Luz para Todos, bem como no seu uso em prédios públicos, como escolas, hospitais, postos de saúde, delegacias, bibliotecas, museus, parques, entre outros, ajudando a reduzir os gastos dos governos com energia elétrica para que tenham mais recursos para investir em saúde, educação, segurança pública e outras prioridades da sociedade brasileira", conclui Sauaia.

DENÚNCIA NA ANP

Sob suspeita de cartel, Sindipetróleo diz que pedido é inconstitucional

KAMILA ARRUDA
Da Reportagem

O Procon Municipal enviou ofício à Agência Nacional de Petróleo (ANP) solicitando investigação nos postos de combustíveis de Cuiabá. A notificação, com prazo máximo de 72 horas se deve a suspeita de formação de cartel. Os proprietários do segmento terão que explicar o motivo do aumento dos preços do produto, especialmente no último feriado, dia 8 de abril, onde foi comemorado o aniversário de Cuiabá. A notificação também foi estendida ao Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Sindipetróleo).

Por meio da assessoria de imprensa, o Sindipetróleo informou que já prestou esclarecimentos. Protocolou a resposta, "respaldada pela assessoria jurídica que, em síntese, explica a impossibilidade inconstitucional de a entidade, que representa dos postos de combustíveis do estado, requerer as notas fiscais da revenda. Em razão disso, não cabe ao Sindipetróleo o controle de preços, de custos ou de notas fiscais de qualquer associado devido ao sigilo fiscal".

O Sindipetróleo lembra que o mercado é livre e competitivo em todos os segmentos e o revendedor varejista, elo de ligação com o consumidor final, apenas repassa as variações de preços praticadas pela indústria e distribuidores não sendo o responsável por criar aumentos ou quedas de preços.

O PEDIDO - O secretário-adjunto de Proteção e Defesa do Consumidor, Genilton Nogueira, explicou que a ação é fruto de um termo de cooperação técnica com a Agência Nacional de Petróleo, órgão responsável por deter as informações originais desde o primeiro momento da abertura dos postos de combustível da cidade. "A ANP sabe exatamente quais os postos que já tiveram exaltações, que já receberam notificações, que são reincidentes. Então, ela tem o 'raio-X legal' referente à questão". Genilton esclareceu ainda que o Procon tem maior respeito pelo fornecedor que gera renda, gera empregos que o mercado, como um todo, não

VÁRZEA GRANDE

Abertura de empresas e aumento da oferta de vagas dinamizaram economia

Da Reportagem

Os números registrados pelo governo federal e estadual atestam a expansão econômica de Várzea Grande nos últimos três anos (2021/2023). Essa evolução pode ser mensurada por indicativos como número de empregos formais criados, ampliação da formalização de MEIs, bem como, pela ancoragem de novas empresas que escolheram a cidade.

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo, Charles Caetano, destaca que os dados são públicos de fácil acesso. "Ou seja, além de a mudança ser perceptível a cada dia por quem vive Várzea Grande, pode ser comprovada por meio de números em órgãos oficiais". Ele reforça, que a segunda maior cidade de Mato Grosso ultrapassou a marca de 300 mil habitantes, conforme dados do Censo do IBGE de 2022.

Conforme a Receita Federal, o número de MEIs (Microempreendedor Individual) em 2021 era de 19.216, passando para 21.947 em 2022 e chegando no final de 2023 com 23.838 empresas desse segmento, apontando um crescimento de 24% neste período.

Sobre a ancoragem de empresas em Várzea Grande, Charles destaca números da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (Jucemat). "No que se refere as demais empresas de pequeno, médio e grande porte, foram abertas mais 5.488 em 2021, passando para mais 5.707 em 2022, fechando o ano de 2023 com mais 6.114 novas empresas desses segmentos. O crescimento é mais de 11% no período analisado", comemora o secretário.

Para o prefeito Kalil Baracat, o maior indicador a ser comemorado é o reflexo dessa evolução na vida dos várzea-grandenses. "Todos esses indicadores confirmam que esse avanço teve reflexo direto na geração de empregos na cidade. Quando assumimos a gestão, em janeiro de 2021, eram apenas 16.264 MEIs e hoje totalizamos mais de 23.838 MEIs em Várzea Grande".

O prefeito lembra que a secretaria Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Turismo, foi criada em março de 2022, pela sua gestão, justamente para contribuir, fomentar e incentivar o desenvolvimento da cidade, por meio de ações e medidas que tornem a cidade atrativa aos investimentos privados e que isso gere emprego e renda à população. "Além de ser o ponto de partida para investimentos na cidade, a secretaria é o elo entre o setor público e o privado. É um local de apoio a quem quer empreender em Várzea Grande".

Nesse contexto, o secretário Charles Caetano, destaca que somente com ações internas, desenvolvidas pela dentro da própria secretaria, foram abertas mais 1.040 novas MEIs em Várzea Grande.

NA PONTA - Todo esse crescimento econômico teve reflexo direito na geração de emprego com 18.521 vagas de emprego captadas somente no SINE-VG, sob a responsabilidade da secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Governo do Estado. Segundo o secretário Charles, "essas captações tiveram um grande crescimento na atual gestão com 2.248 vagas captadas em 2021, indo para 3.696 em 2022 e saltando grandemente para 18.521 vagas.

AMBIENTE | Com termo de cooperação assinado ontem, MT e MS se comprometem na proteção, desenvolvimento sustentável e na uniformização da legislação sobre o uso dos recursos naturais

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul unem esforços em proteção ao Pantanal

JOANICE DE DEUS
Da Reportagem

Mato Grosso e Mato Grosso do Sul assinaram, ontem (18), termo de cooperação visando a união de esforços na defesa, proteção e desenvolvimento sustentável do Pantanal, bioma presente nos dois estados e considerado maior planície alagada contínua do mundo. A partir de agora, Mato Grosso e Mato Grosso vão atuar em conjunto contra crimes ambientais na região, como queimadas e desmatamento.

A assinatura do termo de cooperação entre os dois estados foi realizada durante o "Seminário sobre as Causas e Consequências do Desmatamento no Pantanal", evento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas (MMA), em Campo Grande (MS). Estiveram presentes o governador do Estado, Mauro Mendes; o governador do MS, Eduardo Riedel, e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Com a medida, os dois estados se comprometem a uniformizar e compatibilizar a legislação sobre o uso dos recursos naturais do Pantanal e a elaborar o Plano Integrado de Prevenção, Preparação, Resposta e Responsabilização a Incêndios Florestais para o bioma brasileiro.

Nos últimos anos, a temporada de fogo no Pantanal tem sido cruel. Neste ano, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que o bioma registra aumento de 992% no número de focos de calor comparado aos primeiros meses de 2023. De acordo com o Inpe, desde 1º janeiro até ontem (18), o Pantanal contabilizava 590 pontos de queimadas contra 54 detectados no mesmo período do ano passado.

Com o termo, os estados envolvidos também se comprometem a monitorar a fauna silvestre e promover o fomento da produção sustentável do bioma; manutenção da biodiversidade, monitoramento da contaminação dos rios, avaliação dos impactos ambientais e das ações do planalto na planície.

No evento, Mauro Mendes falou da necessidade de se investir em turismo e voltou a defender a perda de terras por parte de quem comete crimes ambientais. Esta medida foi, inclusive, reforçada nesta semana com a divulgação do caso do pecuarista, Claudecy Oliveira Lemes, 52 anos, que usou de forma irregular e reiterada 25 tipos de agrotóxicos sobre vegetação nativa no Pantanal mato-grossense.

O crime também foi lembrado por Mendes durante o evento em Campo Grande. Para o governador, a legislação brasileira é frouxa e não tem sido capaz de coibir a prática dos crimes ambientais. "Esse mecanismo (perda das terras) já está previsto na legislação brasileira para quem, na sua propriedade rural, planta maconha ou produz cocaína. Temos que endurecer a nossa legislação de maneira inteligente, para que seja respeitada por todos", defendeu.

A garantia é de que o Estado mantém tolerância zero com os crimes ambientais. "Vamos lutar para que o Congresso Nacional possa mudar essas leis frouxas que não estão inibindo a prática de ilegalidade no país", diz.

As Secretarias de Segurança Pública dos dois estados também integram o escopo de organismos envolvidos no esforço conjunto em defesa do Pantanal. A vigência do termo será de cinco anos, sendo ele gerido por um grupo de trabalho integrado por representantes dos dois estados, em número paritário.

TRÂNSITO

Dirigir sem licenciamento foi a infração mais registrada em março

Da Reportagem

Em 14 operações de trânsito realizadas no mês de março deste ano, 250 motoristas foram abordados em Cuiabá. As ações registraram aumento no número de abordagens, com 52 motoristas a mais do que nas operações realizadas no mesmo período do ano passado.

Os dados são resultado da ação do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (Detran-MT) em parceria com o Batalhão de Polícia Militar de Trânsito Urbano e Rodoviário (BPMTran). Em março deste ano, ao todo foram lavrados 325 autos de infração de trânsito (AITs) e 57 veículos foram removidos.

Entre as principais infrações constatadas estão as ocorrências de condução de veículo sem o devido licenciamento, com 93 casos, seguidas por 51 por dirigir o veículo usando calçado que não seja firme nos pés. Outros 40 condutores ou passageiros foram flagrados sem uso do cinto de segurança e 39 por dirigir sem a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Conforme o Detran, as operações integradas acontecem diariamente em pontos estratégicos da Capital, em horários alternados, com base em levantamento dos locais com maior incidência de infrações e sinistros de trânsito.

"Durante a ação são realizados barreiras e bloqueios (blitzes). Os agentes verificam as condições de circulação dos condutores e veículos, orientando sobre a importância do respeito e cumprimento à legislação, autuando os infratores quando identificadas irregularidades que colocam em risco a segurança no trânsito de toda a coletividade. Por meio da fiscalização também estamos educando", explica a coordenadora de Fiscalização de Trânsito do Detran-MT, Kelli Lopes Félix.

A fiscalização tem ainda como foco a diminuição de sinistros de trânsito, a regularização da frota de veículos em circulação e, sobretudo, a alteração do comportamento dos motoristas em relação à segurança viária.

ROUBO E SEQUESTRO

Assaltantes morrem em confronto com a PM

Da Reportagem

Policiais militares da Força Tática do 2º Comando Regional libertaram um jovem, de 19 anos, vítima de roubo e sequestro, em Várzea Grande. Na ação, um veículo roubado pelos dois criminosos foi recuperado. Os assaltantes morreram em confronto com os policiais.

A ocorrência foi registrada na segunda-feira. Por volta de 17 horas, a Força Tática recebeu denúncia de uma mulher de que o filho havia sido sequestrado, no Centro da cidade. Ela disse que estava saindo de uma academia com a vítima quando, ao entrarem no veículo Polo branco, foram rendidos por dois criminosos armados.

As equipes policiais iniciaram as diligências e solicitaram apoio do Centro Integrado de Operações Aéreas (Ciopaer) para as buscas. O veículo foi visto circulando em alta velocidade próximo a um condomínio em construção, em direção ao bairro Coophema, em Cuiabá.

Em determinado momento, os criminosos abandonaram a vítima em uma região de mata e continuaram a tentativa de fuga. Minutos depois, o carro foi cercado pelas forças policiais e os suspeitos iniciaram o confronto armado com disparos contra a PM, que revidou a ação, atingindo os criminosos que vieram a óbito no local.

Os militares continuaram as buscas e localizaram a vítima, que ainda estava na mata. O jovem afirmou que durante o trajeto os criminosos ordenaram que ele realizasse transferências via pix, em altos valores, e que o ameaçavam e o agrediam.

No local do confronto, o veículo Polo foi periciado pelas autoridades competentes e entregue de volta às vítimas do roubo. O caso foi registrado na Central de Flagrantes de Cuiabá.

MULHERES SEGURAS

Casas noturnas e boates devem instituir protocolo "Não é não"

Da Reportagem

A aplicabilidade do protocolo "Não é não" em Mato Grosso foi discutida entre representantes da Defensoria Pública e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). O protocolo foi criado por meio da Lei nº 14.786, sancionada no dia 28 de dezembro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A medida, que institui também o selo "Não é não – Mulheres seguras" entra em vigor em 180 dias, ou seja, em junho deste ano. Para facilitar o processo, foram criadas equipes que vão trabalhar na capacitação e na campanha de divulgação.

"Essa reunião é um encaminhamento da nossa roda de conversa realizada no começo de março. Em razão dessa aplicabilidade, para que seja sentida, fizemos essa reunião com representantes de todos os setores para pensar na aplicabilidade, na campanha, capacitação e a forma de divulgação, para a lei seja cumprida", disse a coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher (Nudem), Rosana Leite.

Da diretoria da Abrasel, Sonia Cassol, explicou que a associação tem consciência da necessidade de instituir o protocolo nos estabelecimentos. "Esse protocolo é muito importante, sabemos o quanto as mulheres sofrem e já presenciamos muitas dessas violências. A associação é parceira e vai ajudar no que for possível par que seja colocada em prática essa lei".

Conforme o artigo 2º, o protocolo será implementado no ambiente de casas noturnas e boates, espetáculos musicais realizados em locais fechados e shows, com venda de bebida alcoólica, para promover a proteção das mulheres e prevenir e enfrentar o constrangimento e a violência contra o público feminino.

Para fins da lei, considera-se constrangimento: qualquer insistência, física ou verbal, sofrida pela mulher depois de manifestada a sua discordância com a interação. Já a violência é caracterizada pelo uso da força que tenha como resultado lesão, morte ou dano, entre outros, conforme legislação penal em vigor.

Na aplicação do protocolo "Não é não", devem ser observados princípios, como respeito ao relato da vítima acerca do constrangimento ou da violência sofrida; preservação da dignidade, da honra, da intimidade e da integridade física e psicológica da vítima; entre outros.

INVESTIGAÇÃO

Bebê de 5 meses morre em berçário em VG

Da Reportagem

Um bebê de 5 meses morreu na tarde da última quarta-feira (17), em um berçário particular, que fica no Bairro Marajoara, em Várzea Grande. O laudo inicial do Instituto Médico Legal (IML) apontou traumatismo craniano produzido por instrumento contundente, ou seja, por forte pancada na cabeça, como causa da morte. O caso é investigado pela Polícia Civil (PC).

De acordo com informações, na quarta, por volta das 14 horas, a mãe do bebê, Vicente Camargo, teria mandado mensagem para a equipe da creche perguntando sobre o filho, mas não obteve resposta. Às 16h, um funcionário da unidade ligou para a genitora dizendo que o bebê estava sendo levado às pressas para um hospital, pois não estava bem.

A informação é de que ele teria sido alimentado pelos cuidadores, que o colocaram para dormir no berço. Momentos depois, eles foram ver como Vicente Camargo estava e o encontraram já roxo. Desesperados, os cuidadores tentaram reanimá-lo, mas não conseguiram.

O menino teria chegado no Hospital Santa Rita sem vida. Conforme os familiares, na quarta, teria sido o quarto dia que a criança ia para o berçário. Procurada pela reportagem a defesa do berçário não se posicionou sobre o assunto até o fechamento desta matéria.

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Alvo de operação reage e morre após ser baleado por policiais

Da Reportagem

Noventa mandados de prisão foram cumpridos, ontem (17), pela Polícia Civil de Mato Grosso, na operação "Recovery Ultimato", coordenada pela Delegacia de Sorriso (420 km ao Norte de Cuiabá). Os alvos são criminosos investigados por integrar organização criminosa, tráfico e associação para o tráfico de drogas.

Um dos alvos, identificado pelo nome de Paulo Henrique dos Santos, 25 anos, morreu ao reagir a abordagem dos policiais. As ordens judiciais decretadas pela Vara Especializada contra o Crime Organizado da Comarca de Sinop foram cumpridas em 10 cidades de Mato Grosso e nos estados do Rio de Janeiro, Pará e no Distrito Federal.

No Estado, as cidades são Cuiabá, Várzea Grande, Tapurah, Itanhangá, Ipiranga do Norte, Sinop, Sorriso, Rondonópolis, Água Boa, Colider, Barra do Bugres; além do Rio de Janeiro (RJ); Brasília (DF) e Thailândia (PA).

Conforme a Polícia Civil, a investigação que embasou a operação atual é decorrente de elementos informativos apurados na operação "Recovery 3", que apurou a atuação dos investigados, parte deles mesmo detidos em unidades do sistema penitenciário continuavam ordenando a execução de ações criminosos a comparsas que estão nas ruas.

Um dos alvos de novo mandado de prisão é Robson Júnior Jardim dos Santos, conhecido como "Sicredi". Ele foi alvo das fases anteriores da operação "Recovery" por ordenar a execução de homicídios na região de Sorriso e responsável pelo tráfico de entorpecentes.

Além da nova ordem de prisão, Robson dos Santos e outro comparsa tiveram ordenados pela justiça o isolamento no regime disciplinar diferenciado (RDD). Mesmo detido em unidades prisionais do Rio de Janeiro, onde foi preso a primeira vez por decisão da justiça de Mato Grosso e depois transferido para cá, Robson dos Santos continuou exercendo a liderança no tráfico de drogas e determinando a diversos comparsas a execução do tráfico e de outros diversos crimes graves, como homicídios e torturas, entre outros.

A "Recovery Ultimato" integra o planejamento estadual da Polícia Civil na desarticulação de organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas como meio de financiar outras ações delituosas graves, como homicídios, a exemplo de investigações recentes como as que deram origem às operações "Follow the Money", "Gravatas" e "Apito Final".

GOVERNO LULA | Tribunal determinou pagamento do benefício no 1º ano após o período trabalhado, e não no 2º ano, como hoje; governo deve pedir reexame do tema

Decisão do TCU sobre abono salarial pode gerar pressão de R$ 27,9 bi no Orçamento

IDIANA TOMAZELLI
Da Folhapress -Brasília

Uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) para regularizar o calendário de pagamento do abono salarial pode gerar uma pressão de pelo menos R$ 27,9 bilhões no Orçamento.

A corte de contas expediu uma determinação para que o Executivo pague o benefício no ano seguinte à aquisição do direito pelo trabalhador — se ele atuou com carteira assinada em 2023, por exemplo, o repasse deveria ser feito em 2024. Hoje, o desembolso ocorre no segundo ano (no caso do exemplo, 2025).

A ordem da corte de contas significa, na prática, que o governo pode ter de pagar, em um único ano, o equivalente a duas folhas de abono salarial, programa que tem custo estimado em R$ 27,9 bilhões neste ano e R$ 30,6 bilhões no próximo ano.

O abono é uma espécie de 14º salário pago a trabalhadores com carteira assinada que ganham até dois salários mínimos (o equivalente hoje a R$ 2.824 mensais).

O tribunal não especificou em qual exercício o governo precisa atender à determinação, mas o TCU costuma fazer o acompanhamento anual dessas medidas. Eventual descumprimento pode gerar motivos de ressalva na análise das contas do presidente da República.

A decisão pegou a equipe econômica de surpresa, uma vez que não há espaço no arcabouço fiscal para acomodar o gasto extra, que já é chamado de "bomba fiscal" nos bastidores. O Executivo deve apresentar recurso pedindo que o plenário da corte de contas reexamine a questão.

Procurado, o Ministério do Planejamento e Orçamento disse que as áreas técnicas da pasta "estão avaliando os possíveis impactos da referida decisão no Orçamento, bem como as medidas pertinentes a serem tomadas".

Os ministérios da Fazenda e do Trabalho não se manifestaram até a publicação deste texto.

A decisão sobre o abono tem como pano de fundo uma mudança na regra de pagamento do benefício feita em 2021. A alteração ajudou o governo de Jair Bolsonaro (PL) a liberar um espaço de R$ 7,4 bilhões para negociar emendas parlamentares e expandir gastos um ano antes de tentar a reeleição.

Na época, o calendário de pagamento do abono era dividido: metade no ano seguinte ao reconhecimento do direito, metade no segundo ano. Isso rachava o empenho da despesa, permitindo ao governo reconhecer um direito sem reservar espaço no Orçamento para honrá-lo.

O formato estava em vigor desde 2015, quando o governo Dilma Rousseff (PT) adiou parte da despesa por causa de restrições fiscais. Antes disso, o abono era pago integralmente no ano seguinte à verificação do direito.

Em duas auditorias, de 2020 e 2021, a CGU (Controladoria-Geral da União) disse que a divisão do empenho do gasto com o abono era inadequado e recomendou reservar o valor integral no momento da apuração de quais trabalhadores tinham direito ao abono.

Seguir essa orientação teria um custo adicional de R$ 12,77 bilhões em 2021, num momento em que Bolsonaro já estava sob pressão para afrouxar a regra do teto de gastos então em vigor.

A decisão foi empurrar todo o calendário para 2022. Técnicos à época viram a mudança como uma espécie de pedalada.

O TCU analisou a alteração feita por Bolsonaro porque 21 parlamentares de diferentes partidos fizeram, ainda em 2021, uma representação contra a mudança.

Os auditores do tribunal consideraram irregular o adiamento do abono, cujo pagamento é assegurado aos trabalhadores pela Constituição, e sugeriram a determinação para regularizar o calendário. O relator, ministro Aroldo Cedraz, acatou o parecer técnico e foi acompanhado pelos demais ministros na decisão.

Os auditores pontuaram no relatório que a alteração foi feita pensando no espaço orçamentário e que os gestores "não lograram êxito em demonstrar ser imprescindível" fazer a apuração dos valores devidos apenas no segundo ano.

Os técnicos ainda lembraram que, até 2014, sempre foi perfeitamente possível pagar o abono no ano seguinte ao período trabalhado.

O entendimento do tribunal ainda pode respingar em outras rubricas do Orçamento que registram problema semelhante.

Como revelou a Folha, o governo Bolsonaro deixou um esqueleto de R$ 6,3 bilhões do seguro-desemprego para a gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pagar no início de 2023 em razão de insuficiência de recursos disponíveis.

Integrantes do governo Lula veem o problema do abono como uma "herança do governo Bolsonaro" e se sentem injustiçados por terem de assumir o ônus de resolver a situação — algo semelhante ao que ocorreu na situação do represamento dos precatórios (sentenças judiciais). Técnicos do Executivo ainda manifestam discordâncias e veem dois problemas principais na decisão do TCU.

O primeiro deles é fiscal. A equipe econômica anunciou em março um bloqueio de R$ 2,9 bilhões no Orçamento justamente para acomodar o crescimento de outros gastos obrigatórios. A trava impõe uma contenção nas despesas discricionárias, como custeio e investimentos.

O Executivo já conta com a abertura de um crédito adicional de R$ 15,7 bilhões, permitido pela lei do arcabouço fiscal a partir da melhora da arrecadação em 2024, para desfazer o bloqueio e acomodar uma série de outras pressões — inclusive um acréscimo em emendas parlamentares.

Pagar uma folha extra de abono salarial neste contexto poderia levar à necessidade de remanejar recursos e impor um corte adicional de pelo menos R$ 27 bilhões em outras políticas públicas, algo tido como insustentável.

Técnicos do governo também evitam falar na possibilidade de pedir uma autorização especial para pagar o valor fora do limite de despesas. Além de discordarem da decisão do TCU no mérito, esse caminho poderia gerar ruído em um momento em que outras mudanças no arcabouço fiscal já geraram questionamentos sobre a credibilidade da regra.

O segundo problema é técnico. O governo entende que o TCU e a própria CGU, ao abordar o problema em suas auditorias, confundiram conceitos: uma coisa seria o reconhecimento do passivo, uma questão de balanço patrimonial, e outra diferente seria a previsão orçamentária para quitar esse passivo.

Integrantes do governo também argumentam que há desafios operacionais para agilizar o reconhecimento do direito ao abono salarial.

Esses interlocutores endossam a preocupação manifestada em uma nota técnica de 2021, enviada ao TCU pela então Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, de que antecipar o processamento das parcelas do abono poderia gerar pagamentos indevidos.

A nota diz que a entrega das informações pelos empregadores e a depuração dos dados ocorrem no primeiro semestre de cada ano, para que o pagamento se inicie no segundo semestre. Há, porém, a possibilidade de transmissão extemporânea de informações até o mês de setembro.

O governo argumentou que haveria risco de pagar o abono a um trabalhador com base na primeira verificação, mas concluir depois que o repasse foi indevido ao identificar novos vínculos e remunerações incluídas apenas na segunda leva de declarações.

Outro problema, pontuou a nota da época, seria não pagar o abono a um trabalhador que tem direito, mas só teve as informações enviadas na transmissão extemporânea.

O julgamento do TCU ocorreu em 27 de março, e o Executivo foi notificado oficialmente da decisão no dia 5 de abril. O governo tem um prazo de 15 dias para solicitar o reexame.

ENTENDA A DISCUSSÃO

O que é o abono salarial?
O abono salarial é um benefício assegurado pela Constituição Federal, devido a trabalhadores que atuaram pelo menos 30 dias com carteira assinada e ganharam uma média mensal de até dois salários mínimos (hoje, o equivalente a R$ 2.824).

Qual é o valor do benefício?
O valor é calculado conforme a quantidade de meses trabalhados no ano-base, variando de R$ 118 a R$ 1.412 (um salário mínimo).

Quando ocorre o pagamento do abono salarial?
Hoje, o trabalhador recebe o benefício no segundo ano após o período trabalhado. Em 2024, por exemplo, o governo está pagando o abono a quem preencheu os requisitos no ano-base de 2022. Nem sempre foi assim. Até 2014, o pagamento era feito integralmente no ano seguinte ao período trabalhado. Em 2015, o calendário foi dividido entre o primeiro e o segundo ano após o período de referência. Em 2021, nova mudança empurrou o desembolso para o segundo ano.

O que o TCU decidiu?
O tribunal entendeu que a mudança feita em 2021 no calendário do abono, vista como uma espécie de pedalada pelos técnicos, foi irregular. A posição da corte de contas é de que não há razão para postergar o pagamento de um direito constitucional dos trabalhadores e que o repasse pode ser feito já no ano seguinte ao período trabalhado. Como consequência, o governo Lula precisará regularizar o desembolso e quitar duas folhas do abono em um único ano.

CNJ

Aval à fundação da Lava Jato entrará no foco do CNJ após divergências

CATARINA SCORTECCI
Da Folhapress · Curitiba

O aval dado pela juíza federal Gabriela Hardt, em 2019, para a criação da fundação da Lava Jato deve entrar no foco do plenário do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na próxima sessão presencial do colegiado, em maio.

Isso porque tal decisão acabou se tornando um ponto central da reclamação disciplinar aberta em setembro de 2023 contra a magistrada pela corregedoria do CNJ. No próximo dia 21 de maio, os 15 conselheiros irão votar se o caso deve ou não gerar um processo administrativo disciplinar contra Hardt.

O caso é de janeiro de 2019, quando a juíza homologou um "acordo de assunção de compromissos" entre o Ministério Público Federal e a Petrobras na esteira de outros acordos feitos pela estatal brasileira com autoridades e órgãos dos EUA. Neles, a empresa se comprometeu a pagar US$ 853,2 milhões, e 80% deste valor poderia ser destinado ao Brasil.

Foi a partir daí que o MPF fez o acordo com a Petrobras para a criação do fundo, depois submetido à homologação de Hardt.

Durante sessão do CNJ nesta terça-feira (16), quando o afastamento cautelar de Hardt foi revogado por maioria de votos, o colegiado já indicou que possui visões diferentes sobre a fundação e a responsabilidade da magistrada a respeito. A decisão de afastar a juíza tinha sido proferida no dia anterior pelo corregedor do CNJ, Luis Felipe Salomão.

Embora a fundação não tenha saído do papel — houve recuo após repercussão negativa, além de um veto do STF (Supremo Tribunal Federal) —, a decisão que autorizou sua criação foi considerada infração grave pelo corregedor. Ele fala ainda em "desvio de dinheiro público para atender a interesses privados".

"Não foi só uma infeliz iniciativa. Aqui é desvio preparado", disse Salomão, ao apontar que, no âmbito penal, a criação do fundo poderia esbarrar em peculato e corrupção passiva. "Deliberadamente, com ação ou omissão do juízo, se estabeleceu auxílio às autoridades americanas a construírem casos criminais em face da Petrobras com interesse no retorno de parte da multa que seria aplicada", disse o corregedor.

O presidente do CNJ e ministro do STF, Luís Roberto Barroso, por sua vez, vê a fundação apenas como uma "ideia ruim" e descarta o entendimento de que estaria se falando de desvio.

"Não era dinheiro para o bolso de ninguém, não era dinheiro para ninguém se locupletar. Portanto não é de desvio que se cogita aqui. O que se discute é a impropriedade na criação de uma fundação para gerir o dinheiro. E hoje ninguém duvida que tenha sido uma decisão pouco feliz", disse Barroso, acrescentando que isso não era razão para punir a juíza.

"Não foi ela que fez o acordo. Os atos que vem do MPF tem presunção de legitimidade. Ninguém supõe que o MPF esteja participando de alguma maracutaia", argumentou ele. "O acordo era para ser pago nos EUA e aí se estabeleceu que 80% deste valor viria para o Brasil. Era um acordo bom, positivo", continuou Barroso.

De acordo com o documento sobre o fundo, metade do valor depositado permaneceria em conta judicial e seria utilizada para compensar prejuízos causados a investidores do mercado. A outra metade seria destinada a um fundo patrimonial privado permanente, com sede em Curitiba.

"Consta do acordo que os rendimentos desse fundo serão aplicados em investimentos sociais que reforcem a luta da sociedade brasileira contra a corrupção", narrou a juíza em seu despacho à época, ao explicar o pedido do MPF, a quem caberia formar um comitê para gerir o fundo.

Entre outros pontos, Salomão alega falta de transparência. Diz que não houve intimação da União sobre o acordo entre o MPF e a Petrobras e que os procuradores da Lava Jato não apresentaram à juíza os documentos que demonstravam como o acordo internacional tinha sido desenvolvido.

Também cita que o acordo homologado não teve participação obrigatória do departamento de recuperação de ativos e cooperação jurídica internacional, vinculado ao Ministério da Justiça. Os três pontos foram reforçados ao longo da sessão por outros membros do CNJ.

Na sessão desta terça, o subprocurador-geral da República, José Adonis Callou, que se manifestou antes do voto do corregedor, ponderou que a ideia da criação da fundação era "ruim e infeliz", mas que isso não significava "uma infração disciplinar pela juíza".

Callou afirmou ainda que o problema não seria a finalidade do fundo, mas as funções que caberiam ao Ministério Público. "Entendo que membro do MPF não deveria assumir compromissos de gestão", disse. Ele argumentou também que "os recursos não poderiam ser destinados à Petrobras porque, lá nos EUA, a Petrobras não era a vítima. Era parte no processo como responsável por lesão a acionistas".

Para Salomão, a 13ª Vara Federal de Curitiba não tinha competência para homologar um acordo que "sempre se referiu expressamente a Brasil, jamais indicando a procuradoria do Paraná".

O conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Mello, fez observação semelhante, durante a sessão, ao defender que a questão da competência da 13ª Vara de Curitiba não pode ser minimizada. "Por que um acordo de natureza cível foi parar lá? Porque era o juízo universal de Curitiba", disse.

Outro ponto colocado por Salomão fazia referência a diálogos "fora dos autos" entre a juíza e procuradores da Lava Jato, por aplicativo de mensagens. Ele afirma que a magistrada reconheceu em depoimento que teria recebido no celular um esboço do acordo entre o MPF e a Petrobras.

Em depoimento, Hardt afirmou que a troca de mensagem era "muito eventual" e que, no caso da fundação do MPF, havia uma urgência na solução da questão.

Durante a sessão desta terça, o advogado de Hardt, Nefi Cordeiro, enfatizou que ela "apenas recebeu pedido de prioridade" em relação ao tema da fundação, mas que "jamais houve combinação prévia" sobre o que seria decidido.

ESPORTES

MULHER | Atleta foi apresentada à raquete por sua avó e, hoje, é o principal nome brasileiro no esporte

Bia Haddad fala sobre como engravidar e até menstruar são desafios para mulheres no tênis

RAÍSSA BASÍLIO
Da Folhapress - São Paulo

No Brasil, quando o assunto é tênis, facilmente vem à mente Gustavo Kuerten, o Guga, tricampeão do Grand Slam de Roland Garros (1997, 2000 e 2001), e Maria Esther Bueno, que conquistou 19 taças de torneios Grand Slam. Ambos são referências para Bia Haddad, 27, o principal nome brasileiro do tênis atualmente.

Haddad fez história, em 2023, ao se tornar a primeira brasileira em 55 anos a chegar à semifinal de Roland Garros. Antes dela, só Bueno tinha ido tão longe.

"Para mim, é muito especial estar na minha posição", conta Bia Haddad em entrevista à Folha. "Hoje estou aqui porque trabalhei muito duro. E quando falo isso é sobre ser uma mulher brasileira que representa pelo mundo não só o Brasil, mas as mulheres da América do Sul."

Haddad fez história, em 2023, ao se tornar a primeira brasileira em 55 anos a chegar à semifinal de Roland Garros

A atleta foi apresentada ao tênis por seus avós. "A minha primeira e eterna ídola é a minha avó, que tem 90 anos e joga tênis", conta. Junto ao avô, Arlette Haddad passou a raquete de tênis para as tias de Bia Haddad e, consequentemente, para ela.

"Tenho muita gratidão por ela mesmo, que é uma mulher muito forte, muito disciplinada, que sempre com jeito, com carinho, com o amor dela sempre nos trouxe valores muito importantes", conta a atleta. Fora do escopo familiar, dentro da quadra, Bia cita Rafael Nadal e Guga como ídolos.

Como representante feminina do esporte, Bia reconhece o quanto é difícil para muitas mulheres enfrentarem barreiras — tanto internas quanto externas, dentro e fora de casa. "Eu valorizo muito hoje minha posição porque, por meio da raquete, consigo ter uma voz, consigo me posicionar."

Os desafios enfrentados pelas mulheres abrangem uma variedade de aspectos, desde os fisiológicos até os sociais, ela observa. Seja no esporte ou em qualquer ambiente de trabalho, há mulheres que sofrem com sintomas menstruais que podem afetar seu desempenho físico e emocional.

"Eu diria que tenho um pouco de sorte fisicamente falando. Não tenho tanto sintoma quando vou menstruar. Quando tenho, normalmente faço exercícios. Quando transpiro e enfrento essa dor, sempre sinto que fico mais forte", afirma a atleta.

Haddad conta que já alcançou alguns de seus melhores resultados durante o ciclo menstrual. Essa perspectiva destaca a resiliência das mulheres diante de adversidades físicas.

"Claro que algumas vezes ficamos um pouco mais emotivas, temos oscilações de humor também por conta dos hormônios. Acho que uma coisa que me ajuda muito é o ambiente em que estou", conta Bia Haddad. "Os profissionais com os quais trabalho são muito abertos a me ouvir e me ajudar."

Esse apoio permite que ela gerencie sua carga física e emocional durante o ciclo menstrual, garantindo que possa oferecer o seu melhor.

Quando se aproxima um jogo durante o período menstrual, a atleta pensa que tem duas opções: uma delas é se concentrar nos aspectos negativos, lamentando sobre os desconfortos físicos e mentais que podem surgir, e a outra alternativa é adotar uma abordagem positiva, encarando o momento como uma oportunidade de superação.

"Às vezes, não estamos 100%, mas podemos dar 100% dentro dos nossos 90%. Acho que podemos encarar dessa forma", completa. Haddad reitera a necessidade de superar estigmas e pressões externas, reconhecendo que esses obstáculos não a impedem de alcançar seus objetivos.

Questões relacionadas à maternidade também impactam as carreiras das atletas. A decisão de engravidar traz mudanças significativas na rotina e na disponibilidade de tempo, afetando tanto o treinamento quanto o desempenho competitivo.

Bia cita que para tenistas mulheres é uma escolha difícil. No circuito do tênis, às vezes os profissionais homens podem viajar com suas esposas grávidas ou com crianças pequenas, o que é algo que muito mais difícil para as mulheres, seja durante a gravidez ou amamentação. Essa realidade é vista como um desafio adicional para as mulheres no esporte.

A tenista Serena Williams, após o nascimento de sua filha em 2017, enfrentou complicações de saúde e precisou de um tempo para se recuperar antes de retornar ao circuito profissional.

Recentemente, Naomi Osaka retornou às quadras após a maternidade com um quadro de depressão. Essas atletas mostram que a maternidade não é empecilho, mas, sim, um desafio em suas carreiras.

"Eu sou uma pessoa muito família, tenho vários primos, cresci sempre com muita gente. Tenho vontade de ser mãe, mas é bem complicado conseguir tomar essa decisão. Um exemplo disso é a Darielle Collins, que está jogando agora e está, talvez, no melhor momento da carreira dela. Acabou de ganhar dois torneios seguidos e vai se aposentar no final do ano porque quer ser mãe", diz.

Bia enfatiza como é essencial o suporte tanto profissional quanto emocional para atletas. O apoio é fundamental para equilibrar as exigências do esporte, principalmente quando falamos de maternidade.

PARIS-2024

Saiba o que resta de ingressos para os Jogos Olímpicos de Paris

SANDRO MACEDO
Da Folhapress – São Paulo

Para quem foi picado pelo bichinho da Olimpíada e resolveu acompanhar os Jogos Olímpicos in loco, ainda há ingressos, faltando cem dias para a cerimônia de abertura, em 26 de julho, em Paris.

Claro que, além de ser picado, é bom ter uma boa reserva financeira para estadia e locomoção na Cidade Luz.

Diariamente, o site Paris 2024 Official Ticketing atualiza a disponibilidade de ingressos para a Olimpíada — e há a promessa de um novo lote de tíquetes para esta semana, para modalidades antes esgotadas.

Até a conclusão deste texto, 94 eventos olímpicos estavam com ingressos disponíveis, incluindo basquete, canoagem slalom, remo e, sobretudo, futebol, considerado por muitos a aberração olímpica (mas com 48 partidas ainda sem lotação esgotada).

A aversão ao futebol é fácil de entender. Ao contrário de praticamente todas as modalidades olímpicas, o esporte bretão está longe de ter nos Jogos o seu auge, que, no caso, acontece na Copa do Mundo.

Além disso, a Olimpíada divide atenções com a Eurocopa em um calendário já excruciante para os europeus — nem vamos entrar no mérito do calendário brasileiro.

Com times sub-23, nem todas as seleções conseguem trazer também os principais jogadores, salvo algumas exceções. O Brasil, por exemplo, teve Neymar no bicampeonato olímpico, na Rio-2016 e Tóquio-2020, ou 21.

Dona da casa, a França promete ter uma seleção fortíssima para a conquista do ouro que não vem desde 1984, quando derrotou o Brasil em Los Angeles. Mbappé, praticamente de saída do Paris Saint-Germain, já acenou que deseja participar da festa olímpica.

Messi também foi convidado por Mascherano para liderar a Argentina, mas a Inter Miami e até contratos com redes de streaming podem afastar o melhor jogador do Qatar da Olimpíada.

Seja como for, é o futebol que também traz os ingressos mais baratos do que sobrou para comprar. Há tíquete por 24 euros (cerca de R$ 130) para a partida Argentina x Marrocos, em Saint-Etienne, no dia 24 de julho (o futebol sempre começa antes da cerimônia de abertura). O valor é para um lugar no setor D, atrás do gol, na parte superior do estádio. Para melhores assentos, no setor B, o valor aumenta para 40 euros (R$ 220).

Como em qualquer Olimpíada, o ingresso também vai ficando mais caro à medida que a disputa do ouro se aproxima.

Uma das semifinais do futebol, em Marselha (dia 5 de agosto), traz ingressos de 50 euros (R$ 280, no setor D) a 200 euros (R$ 1.100, na primeira classe).

Saiba o que resta de ingressos para os Jogos Olímpicos de Paris

E, apesar de a seleção masculina brasileira não ter conseguido a vaga, é possível torcer pela equipe feminina, que pegou grupo difícil e fecha a primeira fase contra a poderosa Espanha, em Bordeaux (31 de julho), a partir de 24 euros (R$ 134).

Quem neste ano também terá jogos em outra cidade é o basquete, com a primeira fase disputada em Lille, norte do país. Lá será possível ver o duelo masculino com cara de atropelo entre Estados Unidos e Sudão do Sul, em 31 de julho, a partir de 120 euros — os de 50 euros já estão esgotados. A equipe americana não foi definida, mas nomes como Lebron James e Stephen Curry, que pediram dispensa em convocações passadas, demonstraram interesse em carimbar o passaporte desta vez.

E ainda restam ingressos para a final da canoagem C1 1.000 m, que pode render a quinta medalha olímpica a Isaquias Queiroz, no dia 9 de agosto. Para isso, será preciso se deslocar até Vaires-sur-Marne, no estádio náutico, mais perto da Disney Paris. As entradas custam a partir de 135 euros (R$ 740).

HOSPITALIDADE

Agora, para o turista olímpico que não abre mão do conforto, as possibilidades são bem maiores. O número de eventos sobe de 94 para 293 quando a busca inclui "ingressos com hospitalidade".

Isso significa entrada ao evento com menos perrengue e direito a lounge/área VIP, recheada com lanchinhos e bebidinhas. Dependendo do investimento, pode incluir até hospedagem em hotel.

Nessa área, por exemplo, ainda há ingressos para o prestigiado torneio de tênis olímpico, a ser disputado nas quadras do complexo de Roland Garros.

O ingresso para a categoria B em jogos da primeira rodada, em 27 de julho, sai por 195 euros (cerca de R$ 1.000), com acesso ao lounge.

Já para os duelos em 1º de agosto, válidos pelas quartas de final, na quadra Philippe Chatrier, o desembolso é a partir de 280 euros (por volta de R$ 1.500).

ABERTURA

Também ainda é possível ver a cerimônia de abertura mais badalada da história olímpica, com as delegações de atletas passando sob as pontes do rio Sena — isso se o plano A de governo e organizadores for mantido.

Lá atrás, na primeira leva de ingressos, os mais rápidos encontraram entradas de categoria E por 90 euros (R$ 500), mas elas sumiram tão rápido quanto uma corrida de Usain Bolt. Agora, só estão disponíveis as entradas da categoria A, por 2.700 euros (cerca de R$ 14.800).

Na versão hospitalidade, porém, o valor pode chegar a 9.500 euros (R$ 52.300), com direito a ver as embarcações das pontes (que estarão fechadas para os demais pedestres). E quem desembolsar essa quantia também ganha um presentinho olímpico, que certamente vale o ingresso.

DIÁRIO DE CUIABÁ

TAMIRES FERREIRA

COLUNA SOCIAL
Todas as novidades da cidade, eventos, informações e dicas, Tamires Ferreira trás em sua coluna de hoje.
Página E4

ILUSTRADO

ITÁLIA Sob curadoria de Adriano Pedrosa, do Masp, mostra tem encontro de estrangeiros com suas raízes e faíscas europeias

Bienal de Veneza mira os modernismos da periferia e faz o museu dos excluídos

SILAS MARTÍ
De Folhapress - Veneza

Na entrada do pavilhão central da Bienal de Veneza, Adriano Pedrosa conta que já tinha na cabeça há mais de uma década a ideia que levaria à maior mostra de arte do mundo caso um dia fosse chamado a assumir o seu comando.

O chamado veio, e aquele passado se choca com o presente. Se no átrio da primeira galeria brilha um neon que dá nome à exposição, dizendo "Stranieri Ovunque", ou estrangeiros por toda parte, obra de Claire Fontaine, dupla de artistas europeus radicada na Itália, a fachada do prédio neoclássico está toda estampada com um mural do Movimento dos Artistas Huni Kuin, um coletivo de indígenas brasileiros.

Ele lembra que se "os povos originários são muitas vezes tratados como estrangeiros em sua própria terra", somos todos estrangeiros em algum grau, rodeados de outros estrangeiros, não importa onde estivermos no mundo.

O estrangeiro, no caso, roça o estranho, uma aproximação linguística que Pedrosa gosta de frisar. Nesse ponto, o elenco superlativo desta 60ª Bienal de Veneza, com 331 nomes, o dobro do habitual, está formado por aqueles que de fato deixaram sua terra natal para rodar o mundo, em migrações forçadas ou não, aqueles que se identificam como queer, de corpos ou sexualidades ditos desviantes, os chamados outsiders, artistas autodidatas distantes dos cânones de sua época, e indígenas de todo o planeta.

Desde que Pedrosa, também diretor artístico do Masp, em São Paulo, foi escalado para comandar a mostra italiana, um certo frisson atravessa o chamado sul global, na expectativa de que o primeiro latino-americano no cargo em mais de um século de história do evento levaria ao centro do mundo da arte figuras nunca vistas da periferia do planeta.

O mercado também ficou eriçado com a chance de estampar o cobiçado carimbo de Veneza no passaporte de artistas que antes circulariam com muita dificuldade pelos centros do alto escalão da economia de galerias e leilões. "Muitos são figuras conhecidas, canônicas em seus países, mas desconhecidas em outros lugares", diz Pedrosa. "Pensei no que era importante mostrar aqui, porque sei que isso é um ponto de inflexão na vida de um artista e muda a vida deles."

Ou a morte, no caso. A maioria dos nomes escalados para a mostra já morreu. Em grande parte, são figuras que marcaram as correntes modernistas do início do século passado, entre eles o cubano Wilfredo Lam, os mexicanos Diego Rivera e Frida Kahlo, os brasileiros Candido Portinari, Cícero Dias, Emiliano Di Cavalcanti, Ismael Nery, Maria Martins e Tarsila do Amaral, o venezuelano Armando Reverón, o uruguaio Joaquín Torres-García e o indiano Francis Newton Souza, para pinçar nomes famosos.

Obra de Cícero Dias na Bienal de Veneza

Mesmo antes da abertura da mostra nesta semana, para os jornalistas e os VIPs, Pedrosa já vinha rebatendo críticas de que sua exposição de arte contemporânea olhava mais para o passado do que para o presente, uma seleção mais com cara de museu empoeirado do que uma constelação de "new faces", digamos, pronta para entrar no radar da crítica e do público.

Não há problema nisso, mas há maneiras e maneiras de construir diálogos poderosos com o passado, longínquo ou próximo. Pedrosa, em desvantagem na comparação, assume a exposição na sequência da italiana Cecilia Alemani, que há dois anos orquestrou uma das mais belas edições da Bienal de Veneza dos últimos tempos. O coração de sua mostra também era a história, em especial o surrealismo levado a cabo por mulheres e ativistas feministas do mundo todo.

Se a leitura histórica de Alemani foi capaz de arquitetar um núcleo histórico elétrico, que irradiava ideias até as bordas da exposição, como um coração estético pulsante, as decisões de Pedrosa se traduzem com certa rigidez nas galerias, alas estanques que se separam como a água do óleo, o velho alérgico ao novo. Mesmo que existam pontos de tensão em comum, essas divisões se deixam ler como um freio de mão puxado no caminhar pela mostra.

No pavilhão principal dos Giardini, que tem galerias menores, isso fica mais evidente. Duas salas principais destinadas a artistas históricos concentram uma overdose de arte, primeiro a sala das abstrações, em que vemos exercícios primordiais de um geometrismo periférico que ecoa o rigor da Bauhaus nos trópicos e no Oriente Médio, e depois a ala dos retratos, uma pinacoteca vertiginosa em que rostos sorriem ou se contorcem de escárnio por nós.

Essas alas sobrecarregadas têm impacto incontornável. Parecem ser os momentos em que a mostra, na sofreguidão de provar o seu ponto, sufoca o espectador com mais do mais, todos os modernismos possíveis em diálogo antes impossível, todos os gestos antes separados por décadas e oceanos empilhados na mesma onda dolorosa de passos colonialistas para trás e passos vanguardistas adiante, que proliferaram a despeito da violência.

"O modernismo viajou muito pelo mundo. Foi devorado, canibalizado", diz Pedrosa. "E muitos artistas viajaram por muitos modernismos." Os momentos históricos da mostra, destacados dessa forma e encerrados em espaços à parte, de fato deixam isso nítido —e não deixam de impressionar, apesar do excesso, pelo efeito de comparação sublime entre exercícios estéticos tão próximos apesar de construídos a distâncias tão grandes.

É uma beleza ver lado a lado as abstrações geométricas das libanesas Etel Adnan e Saloua Raouda Choucair, da brasileira Judith Lauand e da cubana Carmen Herrera. São propostas formais irmanadas que driblam barreiras geográficas. Tomie Ohtake, ao lado do colombiano Marco Ospina, da filipina Nena Saguil e da cubana Zilia Sánchez, também mostra como nem suas raízes japonesas e depois a vida toda radicada em São Paulo a apartaram de um pensamento abstrato de formas fluidas e leves.

Na ala dos retratos, a forma humana grita em busca de uma identidade. Há desde o realismo clássico de corpos que posam plácidos a estilizações exóticas, de figuras com seus traços exacerbados quase até atingir o grau da caricatura, caso de "Cabeça de Mulato", de Portinari, um homem negro de lábios grossíssimos e olhar pétreo. Juntas, essas figuras de todas as cores parecem formar ali um grande salão dos excluídos, gente retratada por artistas que talvez nunca estariam juntos na mesma galeria.

Essa estratégia de aproximar o inaproximável marca a trajetória de Pedrosa. Se sua série de mostras no Masp iniciada com "Histórias Afro-Atlânticas", um dos grandes marcos da história das exposições nas últimas décadas, vem abarrotando as paredes do museu com pares e mais pares de obras gêmeas separadas no nascimento a cada temporada, ele mesmo traça a raiz de sua Bienal de Veneza ao polêmico Panorama da Arte Brasileira montado há 15 anos no Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Lá estavam só artistas estrangeiros que, de alguma forma, se encontravam com o Brasil ou a ideia de brasilidade. Em Veneza, Pedrosa inverte a aposta e enche uma galeria do Arsenale de artistas italianos ou de raízes italianas que fizeram a vida fora da Itália. Ele usa os famosos cavaletes de vidro de Lina Bo Bardi, quase um "pocket show" do Masp além-mar, para mostrar trabalhos de Alfredo Volpi, Anita Malfatti, Anna Maria Maiolino, Eliseu Visconti, entre outros.

Uma vez digeridas as densas alas históricas, há espaços de respiro, e aí a mostra decola em alguns momentos. A galeria que põe face a face as pinturas da chamada fase romana de Rubem Valentim com a as abstrações da moçambicana Bertina Lopes, que se radicou em Roma, entremeadas pelas esculturas de cerâmica do camaronês Victor Fotso Nyie, demonstra com mais força essa ideia de encontro de estrangeiros por toda parte, cada um com os ecos de suas raízes e faíscas europeias.

Outra sala opõe os desertos e paisagens pintados por Kay WalkingStick, artista americana de origem indígena, aos desertos do libanês Aref el Rayess. De um lado, uma imensidão faroeste, e do outro, cidades brancas que brotam da areia sob o sol escaldante. Nos dois artistas, o retrato de uma estranha solidão, do nativo apartado de sua terra por motivos de toda sorte.

Pedrosa, que também ressalta ser um dos primeiros homens gays no comando da mostra italiana, ainda orquestrou uma série de alas queer ao longo da exposição. Há grandes instalações um tanto panfletárias, como a obra da mexicana Bárbara Sánchez-Kane, com um trio de manequins de soldados empalados. De frente, são militares violentados, e de costas vemos que eles vestem lingerie vermelha. Ou a obra da americana Puppies Puppies, outro manequim, vestido com um look todo de LED que pisca, soletrando a palavra "pulse" na cintura, referência ao ataque terrorista à boate gay de mesmo nome nos Estados Unidos que matou 49 pessoas há oito anos.

Mas há momentos mais sutis e intimistas, como o encontro das pinturas do jovem artista americano Louis Fratino com o metafísico italiano Filippo de Pisis, um nome menos conhecido da turma de De Chirico. Fratino revisita Picasso e outros mestres modernos para construir cenas eróticas ou interiores domésticos atravessados por certa lascívia, enquanto De Pisis pinta naturezas-mortas e nus masculinos marcados pela delicadeza. Uma bela surpresa também são as telas da artista trans britânica Erica Rutherford, num registro pop e colorido.

Nesse ponto, os grandes gestos desta Bienal de Veneza, como as enormes instalações do Arsenale, parecem ofuscados por esses momentos de calma — em especial pelas pinturas, que dominam quase toda a extensão da mostra. Se a grande instalação do Mataaho Collective, grupo de artistas indígenas da Nova Zelândia, que abre as galerias do espaço, impressiona com uma imensa trama de tecido que abraça os pilares da construção, as demais megaobras são mais obstáculos do que pontos de inflexão no percurso, caso dos murais gigantescos da mexicana Frieda Toranzo Jaeger e do coletivo indiano Aravani Art Project.

O imenso colorido desses trabalhos, por outro lado, destoa de um momento político sombrio no mundo, em especial na Itália controlada pela ultradireita da primeira-ministra Giorgia Meloni e uma Bienal de Veneza que tem na presidência um aliado ideológico da mandatária, o polêmico Pietrangelo Buttafuoco, que intriga o establishment artístico do país. Enquanto isso, Roma aperta o cerco contra imigrantes, tendo fechado um acordo com a Albânia para que todos aqueles resgatados no Mediterrâneo vindos da África sejam acolhidos no país vizinho, não na Itália —algo na contramão da ideia de estrangeiros por toda parte.

Pedrosa lembra que foi apontado para o comando no mandato do presidente anterior da mostra e que o diálogo com o novo comando tem sido cordial e diplomático. Ele também diz que não sofreu nenhum tipo de censura ou cerceamento na hora de montar sua exposição, mas o endurecimento da política atual não desfaz uma nuvem escura que paira sobre o horizonte, aumentando especulações no mundo da arte de que a Itália siga na direção ultraconservadora de outros pontos da Europa, como a Hungria e a Polônia.

Italianos escalados para a mostra, aliás, não deixam de dar seus recados, em raros momentos mais políticos da exposição. Alessandra Ferrini, por exemplo, investiga as relações controversas entre Itália e Líbia a partir do encontro do então primeiro-ministro Silvio Berlusconi com o ditador Muammar Gaddafi, que selou, há uma década e meia, um tratado de amizade entre os países e detonou o redesenho de políticas migratórias no Mediterrâneo.

Já Marco Scotini exibe, em telas montadas num grande suporte espiralado, exemplos de seu "Disobedience Archive", ou arquivo da desobediência, que mistura desde registros de performances e obras de arte que expõem e combatem políticas linha-dura a imagens documentais de protestos, algo que, na visão do artista, seria um manual de instruções para o ativismo.

Pedrosa, que costuma dizer que não há regras para a construção de uma exposição, seguiu obediente o seu próprio manual em Veneza. A fórmula de sucesso, aclamada mundo afora por corroer a rigidez dos museus a partir de dentro, transformando acervos e reinventando montagens, agora é posta à prova fora do museu, e no maior palco do planeta.

LIVROS | Antropólogo conta em livro sua luta pela valorização da cultura indígena e ambiental

Quem é o antropólogo Beto Ricardo, que mudou imagem do índio no Brasil

MARCELO LEITE
Da Folhapress - São Paulo

Na segunda metade dos anos 1980, provavelmente em 1987, uma sugestão do jornalista Leão Serva me levou a subir pela primeira vez a escadaria do anexo do Colégio Sion na avenida Higienópolis, 983. Foi um encontro com duas forças da natureza: Beto e Fany Ricardo, na primeira aula de um curso intensivo de indigenismo que não terminaria tão cedo.

Ali, no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), se publicava desde 1980 um compêndio que seria de consulta obrigatória nas quatro décadas seguintes, "Povos Indígenas no Brasil". Apelidado de PIBão, pelo número de páginas e pela ambição, a obra já conta 13 edições, com 6.000 páginas de análises e notícias, além de 2.500 mapas, 1.700 vídeos e 100 mil fotos no acervo digital.

O PIBão está no epicentro do volume autobiográfico de Beto Ricardo, "Uma Enciclopédia nos Trópicos – Memórias de um Socioambientalista", escrito com Ricardo Arnt, à venda também na loja do Instituto Socioambiental. Como afirma Serva no posfácio, "o Programa Povos Indígenas no Brasil assegurou a informação necessária para que o Estado racista não apagasse de vez a existência dos índios".

Avesso a holofotes, Beto, articulador paciente, solidário, determinado e firme a ponto de soar incômodo, foi o protagonista de bastidores (passe o oxímoro) de avanços marcantes na questão indígena brasileira, assim como na pauta ambiental. Não sem retrocessos amargos, pelo menos de 2007 para cá, mas de toda maneira com uma derivada ascendente, como fica claro no livro.

O ponto de virada se deu com a Constituição de 1988 e seu oitavo capítulo, Dos Índios. Logo no primeiro artigo (231), essa parte da Carta reconhece "sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

Invertia-se nessa época o que antes se considerava uma tendência irreversível de extinção dos povos indígenas, por sua "aculturação" ou "integração" à sociedade brasileira. A reviravolta se iniciara anos antes, e Beto estava lá, trabalhando em articulação que levaria um jovem Ailton Krenak ao gesto icônico de pintar o rosto de preto na tribuna do Congresso Constituinte.

Só na primeira metade do século 20 haviam desaparecido 83 etnias, constatara Darcy Ribeiro em "Os Índios e a Civilização" (1970), com base em dados recolhidos por inspetorias do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), precursor da Funai, quando foi diretor de sua seção de estudos, em 1957. Beto, já formado em antropologia na USP e integrante do Cedi desde 1974, achava crucial retomar o levantamento das populações, mas não com a metodologia antiga.

Em lugar de órgãos do Estado na ditadura militar, o jovem discípulo encasquetou de reunir informações por meio de uma rede ampla da sociedade civil, com antropólogos, padres católicos, pessoal de saúde e assistentes sociais. Darcy Ribeiro não gostou. "Me recusar a trabalhar com Darcy era uma opção aflitiva. Eu o admirava muito", conta Beto em "Uma Enciclopédia nos Trópicos".

Comunidade Tucumã Rupitã, na região do Alto Rio Negro, no Amazonas, em 1999

Já professor de antropologia na Unicamp, ele contava arregimentar estudantes para colher dados nas aldeias. Em três anos na universidade paulista, consolidou amizades com pesquisadores da estatura de Peter Fry e Manuela Carneiro da Cunha e travou contato com um antropólogo que se tornaria o maior parceiro intelectual, Eduardo Viveiros de Castro -ainda que tenha participado da banca campineira que preteriu o estudioso carioca em concurso para professor de etnologia.

Em 1978, tornou-se secretário-geral do Cedi. Dois anos depois sairia a primeira edição do PIBão, ainda com o título Aconteceu e periodicidade anual, expandida a partir de 1985 até virar quinquenal. A última versão, 2017/22, saiu no ano passado com 828 páginas de dados e registros de 252 povos falantes de mais de 160 línguas, ocupando 13,7% do território nacional em terras protegidas.

A transformação do cenário desolador dos anos 1970 foi incubada no Cedi e nas organizações que seu grupo ajudou a criar. Em 1979 tinha nascido a União das Nações Indígenas (UNI), com lideranças xavantes, terenas e kadiwéus — e um jovem editor de publicações, Ailton Krenak.

No prefácio de "Uma Enciclopédia", o agora imortal da Academia Brasileira de Letras descreve o Cedi como "uma fortaleza civil contra a desinformação sobre os indígenas no Brasil, com Beto Ricardo animando os debates públicos".

Animação não faltava. Nos anos 1980, logo após a anistia e o retorno de exilados em 1979, indígenas e ambientalistas brasileiros começaram a levar suas demandas para fóruns nos Estados Unidos, o centro do capitalismo mundial, como as 17 audiências em comitês do Congresso norte-americano entre 1983 e 1986, e reuniões do Banco Mundial.

Com ajuda de Steve Schwartzman (Environmental Defense Fund), Barbara Bramble (National Wildlife Federation) e Jason Clay (Cultural Survival), viajaram Krenak, José Lutzenberger, Mary Allegretti, Chico Mendes e Paulo Paiakan. As campanhas internacionais começaram a afetar recursos de auxílio ao desenvolvimento, enfurecendo o governo militar brasileiro, nos estertores ditadura, e a recém-inaugurada Nova República com José Sarney, como na suspensão de desembolsos para o Polonoroeste que devastava Rondônia.

Vencidas algumas das batalhas que culminaram no artigo 231 da Constituição —com a ajuda do antigo coronel Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura militar—, a luta indígena ganhou momento. Em 1988, surge uma nova organização na esfera do Cedi, desta vez em Brasília: o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), com Krenak, Marcos Terena, Paiakan, Manuela, Carlos Frederico Marés, Márcio Santilli (estes dois futuros presidentes da Funai), André Villas-Bôas e José Carlos Libânio.

No mesmo ano, o etnobiólogo norte-americano Darrell Posey foi processado com base no Estatuto do Estrangeiro por levar os líderes Paiakan e Kube-I aos EUA. O líder seringueiro Chico Mendes foi assassinado em dezembro, atraindo mais atenção para a Amazônia. Paiakan pediu na Europa suspensão de meio bilhão de dólares que o Banco Mundial carrearia para o setor elétrico no Brasil.

Em fevereiro de 1989, Beto se empenhou com Márcio e André na organização do Encontro das Nações Indígenas do Xingu convocado por Paiakan. Compareceram o roqueiro Sting, Anita Roddick, dona da Body Shop, a atriz Lucélia Santos e os deputados Fabio Feldmann, Benedita da Silva, Haroldo Lima e Fernando Gabeira. Pelo menos 60 órgãos de imprensa estrangeira se deslocaram até Altamira (PA).

O encontro tinha por mote central protestar contra a construção das hidrelétricas Kararaô e Babaquara no rio Xingu. Uma fotografia feita ali estampou a capa do Jornal do Brasil e correu o mundo: um facão encostado pela índia Tuíra na bochecha de José Muniz Lopes, representante da empresa Eletronorte. Repaginado como Belo Monte, o represamento do Xingu terminaria sendo efetivado nos governos petistas de Lula e Dilma.

"Altamira foi um primeiro ensaio de articulação socioambiental", avalia Beto em suas memórias. "Indígenas, ativistas dos direitos humanos e ambientalistas se aproximaram, superando preconceitos. A experiência comum seria replicada, mais tarde, no Fórum Global das ONGs da Eco-92. Os dois eventos cozinharam um caldo de cultura que ferveria até consolidar um dos alicerces da fundação do Instituto Socioambiental [ISA], em 1994."

O antropólogo-ambientalista, entretanto, não acompanharia pessoalmente a maior reunião multilateral já realizada em favor da saúde do planeta. A sua própria lhe pregou uma peça: logo após retornar dos EUA, onde recebeu o Prêmio Goldman e teve um encontro como o então presidente George Bush (pai), caiu doente com uma amebíase que o internou no hospital Oswaldo Cruz, quando emagreceu 14 quilos.

Após o assassinato de Chico Mendes, outra desgraça amazônica obteve destaque em 1993: o massacre de dezenas de yanomamis em Haximu, na fronteira com a Venezuela. Foi resultado direto da invasão da área por garimpeiros, dezenas de milhares deles, conforme descrito no PIBão pelo antropólogo Bruce Albert.

Albert é o interlocutor nas gravações com o ianomâmi Davi Kopenawa que resultariam no best-seller "A Queda do Céu", no qual o xamã alerta que os brancos estão destruindo o planeta com o aquecimento global. Em 1992, às vésperas da Cúpula da Terra, o então presidente Fernando Collor havia homologado a Terra Indígena Yanomami, com 94 mil km2, maior que Portugal, mas os garimpeiros ainda andam por lá.

A confluência das pautas indigenista e ambiental levou à fundação do ISA como uma das quatro instituições em que se desmembrara o Cedi. As outras foram Ação Educativa, Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade.

Um dos lemas da organização viria a ser: "Socioambiental se escreve junto". Era um jogo de palavras que recorria à omissão do hífen para indicar a interpenetração de movimentos militantes que costumavam andar às turras: conservacionistas que não se preocupavam com populações tradicionais e indigenistas que só tinham olhos para a preservação de línguas e rituais.

Entre os 33 sócios fundadores estavam os antropólogos do Cedi e figuras de proa da organização SOS Mata Atlântica, como Mário Mantovani e João Paulo Capobianco (atual secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente/MMA, cargo que já ocupara na primeira encarnação de Marina Silva como ministra). O ISA cresceria como uma fábrica hiperativa de estudos e dados sobre temas indígenas e ambientais, alimentando militantes, políticos e jornalistas.

Os índios panarás, que em 1975 haviam sido deslocados compulsoriamente de suas terras na região para o Parque Indígena do Xingu, manifestaram a André Villas-Bôas, em 1991, o desejo de retomar seu antigo território. Para embasar as ações que esse povo impetraria com o NDI contra a União, em 1994, o ISA fez um levantamento por satélite dos trechos de floresta ainda não derrubados pelos brancos.

Os panarás terminaram indenizados pelo Estado brasileiro, uma jurisprudência inédita, e tiveram 4.900 km2 de terras devolvidas em 1996, nos municípios de Guarantã do Norte (MT) e Altamira (PA). Em março de 1997, com apoio do ISA, eles se mudaram para a nova aldeia Nacypotire, no rio Iriri. A saga deu origem ao livro "A Volta dos Índios Gigantes", com textos dos jornalistas Lúcio Flávio Pinto, Raimundo Pinto e Ricardo Arnt, mais fotos de Pedro Martinelli, outro companheiro de longa data.

Daí por diante, a sigla ISA se converteu em sinônimo de muitos sucessos (e uns poucos fracassos). Entre os êxitos, contra todas as probabilidades, figura o estabelecimento de sistemas e rotas comerciais para fazer a cestaria baniwa e a pimenta jiquitaia, da longínqua região da Cabeça do Cachorro, chegarem aos balcões das melhores lojas do Sudeste.

O programa no Alto Rio Negro, aliás, foi a obra dileta de Beto como antropólogo militante. O ISA transformou São Gabriel da Cachoeira (AM) em dínamo de atividades visitado por indígenas, pesquisadores, militares e celebridades como Milton Nascimento, Gilberto Gil, Fernando Henrique Cardoso, Lula, Bela Gil, Alex Atala e Sebastião Salgado.

A sede do instituto na cidade, o Curupirão, hospeda legiões de interessados nas dezenas de projetos de educação, piscicultura, agroflorestas e ecoturismo. Foi dali que parti para algumas coberturas jornalísticas sugeridas por Beto.

Entre as mais memoráveis: "A exceção e a regra" (2010), sobre ensino médio indígena entre os tuyukas do Alto Rio Tiquié, com o antropólogo Aloisio Cabalzar, e "Yaripo, a montanha sagrada dos ianomâmis" (2017), sobre programa de renda em que membros da etnia levam turistas até o pico da Neblina (2.995 m), o mais alto do Brasil, com Marcos Wesley Oliveira.

Muitas outras matérias vieram antes e depois: "Evento discute biodiversidade amazônica" (1999), sobre áreas prioritárias para preservação; "Plano ameaça 180 mil km2 de florestas" (2000), sobre o desenvolvimentismo de FHC; "Livro põe antropólogos em pé de guerra" (2000), sobre controvérsia envolvendo a obra de Napoleon Chagnon; "Sementes da concórdia" (2009), a respeito da Rede de Sementes do Xingu; "Ianomâmis ensinam quais cogumelos podem ser comidos sem risco" (2016).

Houve distanciamentos e divergências, por certo, atritos normais entre jornalistas e militantes movidos por objetivos nem sempre conciliáveis. Foi assim, por exemplo, com o esforço de manter equilíbrio entre defensores e adversários de obras de infraestrutura em regiões sensíveis, como a rodovia BR-163 e Belo Monte. Nada, porém, capaz de abalar a confiança na "fortaleza civil" comandada por Beto.

O antropólogo, afinal, é de uma honestidade ímpar, pessoal e intelectualmente. Ao narrar no livro um atrito com FHC sobre norma que admitia a terceiros contestar demarcações de terras indígenas, ele afirma sem meias palavras: "Na verdade, estávamos errados. Exageramos. O decreto número 1.775 não reduziu nenhuma terra indígena e acabou dando consistência às demarcações posteriores".

A mesma honestidade não mede elogios a alguns poucos militares de boa vontade com que cruzou na Amazônia. Nem deixa de lamentar os retrocessos ambientais que começaram com as autorizações para hidrelétricas no rio Madeira (2007) e a saída de Marina Silva do MMA (2008), nos primeiros governos Lula, e culminaram com o licenciamento de Belo Monte (2010) e a aprovação de um novo Código Florestal (2011) que anistiou 470 mil km2 de florestas derrubadas irregularmente. Para nada dizer da hecatombe advinda com o ecocida Jair Bolsonaro, claro.

Beto, em que pesem os revezes, nunca abandonou o otimismo. Em 2007, capitaneou uma convocatória para estender os mapas temáticos do Cedi/ISA para incluir todos os outros sete países com floresta amazônica (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela e Suriname).

UMA ENCICLOPÉDIA NOS TRÓPICOS: MEMÓRIAS DE UM SOCIOAMBIENTALISTA

Preço R$ 109,90 (328 págs.); 44,90 (ebook)
Autoria Beto Ricardo e Ricardo Arnt
Editora Zahar

STREAMING

PL de regulação do streaming pode beneficiar big techs, dizem associações

EDUARDO MOURA
Da Folhapress - São Paulo

Um grupo de entidades do setor audiovisual do Brasil inteiro publicou, nesta terça (16), uma carta aberta se posicionando contrariamente à aprovação do PL 2331/2022, de regulação das plataformas de streaming, na forma como o projeto está. A matéria tramita no Senado Federal.

Segundo a carta, "a proposta ainda não atende aos reais interesses do nosso país", além de conter "brechas perigosas" que permitiriam que recursos públicos nacionais fossem destinados para empresas estrangeiras, com destaque para as big techs.

O PL determina uma cobrança de 3% da Condecine, a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional, das plataformas. A Condecine é revertida posteriormente a produções nacionais.

A carta elenca alguns pontos críticos do PL. O primeiro diz respeito à definição de quais conteúdos brasileiros poderiam receber recursos da nova Condecine. Os chamados conteúdos originais das plataformas, mesmo que realizados por brasileiros, não poderiam ser enquadrados como beneficiários da contribuição, uma vez que a propriedade intelectual dessas obras estaria sob a asa de grandes conglomerados estrangeiros como Netflix, Amazon, Apple e Disney. Esta é uma das brechas perigosas.

O segundo ponto pede que plataformas de compartilhamento como YouTube também precisem pagar a Condecine.

O documento ainda defende que a contribuição de 3% de faturamento é baixa e que haja uma cota consistente para produções nacionais nas plataformas e faz referência à cota de 30% exigida na Europa.

Assinam a carta a Associação Brasileira de Preservação Audiovisual, a Associação Brasileira de Autores Roteiristas, a Associação Brasileira de Cineastas do Rio de Janeiro, a Associação Brasileira de Empresas Produtoras de Animação, Associação Nacional dos Distribuidores do Audiovisual Independente, Associação Paulista de Cineastas, Associação de Profissonais do Audiovisual Negro, Fórum Audiovisual de Minas Gerais, Espírito Santo e os três estados do Sul do Brasil, Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual, Fórum dos Streamings Independentes do Brasil, Sindicato Interestadual dos Trabalhadores na Indústria Cinematográfica e do Audiovisual, entre outros.

FILMES | Takashi Morita, de 100 anos, sobreviveu ao ataque de 1945 e se mudou para o Brasil há 68 anos

História de sobrevivente da bomba atômica de Hiroshima vai virar filme

VICENTE VILARDAGA
Da Folhapress - São Paulo

O relojoeiro japonês Takashi Morita, de 100 anos, é um hibakusha. O termo significa literalmente vítima da bomba atômica.

Ele estava em Hiroshima às 8h15 do dia 6 de agosto de 1945, quando o artefato nuclear apelidado de Little Boy, com 72 quilos de urânio 235, caiu sobre a cidade matando imediatamente cerca de 70 mil pessoas e afetando outras dezenas de milhares. Foi o marco do fim da Segunda Guerra Mundial.

Morita, que chegou ao Brasil em 1956, integrava o exército japonês e naquela data fazia serviços de rotina de resgate de documentos para protegê-los do fogo.

"Depois da bomba vi focos de incêndio por todos os lados", lembra ele, que tinha 21 anos e sofreu um ferimento grave no pescoço. "Como eu era militar, depois da explosão fiquei trabalhando durante três dias até não aguentar mais. Tentava ajudar as pessoas que estavam feridas e agonizando. Quando estava esgotado, acabei transferido para um hospital improvisado em uma escola."

A população de Hiroshima esperava um ataque americano a qualquer momento, mas não poderia imaginar que seria algo daquelas proporções. Supunha-se que seria parecido com o bombardeio de Tóquio, em fevereiro de 1945, quando foram usados aviões B-29 e artefatos incendiários.

Morita, que na época também estava em Tóquio, diz que só sobreviveu ao impacto da bomba atômica porque usava uma farda especialmente grossa —era um dia quente em Hiroshima e todos usavam roupas leves de verão— e também porque não bebeu água nem comeu nada naquele dia.

A vida de Morita, que mora atualmente numa clínica de idosos na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, já rendeu um livro autobiográfico, "A Última Mensagem de Hiroshima: O que Vi e como Sobrevivi à Bomba Atômica", e agora vai virar um filme de curta-metragem intitulado "Alma Errante – Hibakusha", dirigido por Joel Yamaji e produzido pela Grão Filme, de Joel Pizzini.

Yamaji tem acompanhado Morita há 30 anos, desde que soube de sua existência, e é um admirador de sua história. O sobrevivente da bomba também dá nome a uma escola técnica em Santo Amaro e recebeu o título de cidadão paulistano.

Takashi Morita, sobrevivente da bomba de Hiroshima que mora em São Paulo

Embora hoje não tenha sequelas da catástrofe, Morita teve leucemia sete anos depois da bomba. Depois do fim da guerra, ele retomou seu trabalho de relojoeiro que manteve no Brasil até se aposentar aos 60 anos.

Quando chegou por aqui, ele já era casado e com dois filhos. "Aqui é o melhor lugar e eu queria morar num país com clima mais ameno. E me falaram que o Brasil era um paraíso e eu acreditei", lembra.

O governo japonês só passou a reconhecer a existência de sintomas de doenças decorrentes da radioatividade emanada pela bomba em 1957, 12 anos depois da explosão, mas sem assumir a responsabilidade de cuidar dos enfermos e de seus descendentes.

Só em 1983 o governo se prontificou a oferecer uma indenização de 25 mil ienes mensais (R$ 821) para as vítimas que viviam no Japão. Quem havia emigrado continuava sem direitos. "As pessoas que tinham saído do Japão foram desconsideradas", afirma a filha Yasuko Morita, 77, que não teve problemas de saúde associados à bomba.

Entre os principais problemas que eventualmente afligem os hibakushas e seus descendentes estão vários tipos de câncer, catarata e problemas de tireoide.

Morita passou os últimos 40 anos lutando pelos direitos dos hibakushas. Também transformou-se em um militante contra as guerras.

Em julho de 1984, junto a outras pessoas que sofreram o mesmo infortúnio, ajudou a criar a Associação dos Sobreviventes da Bomba Atômica, que funcionava em cima de sua mercearia no bairro da Saúde. Na ocasião foram reunidos 70 membros, mas em poucos meses o número saltou para 300, incluindo vítimas de Hiroshima e Nagasaki.

O objetivo da associação era conseguir direitos semelhantes às pessoas que viviam no Japão ou, pelo menos, assistência médica para as famílias dos hibakushas. Num primeiro momento, trataram de agendar um encontro no Ministério do Exterior japonês reivindicando uma visita de uma missão de médicos ao Brasil, o que aconteceu em 1985, e passou a se repetir a cada dois anos.

Foi proposto, porém, que os tratamentos de saúde fossem realizados no Japão. O governo japonês se propunha a pagar a viagem, mas muitos hibakushas alegaram não ter condições físicas de fazê-la. O assunto foi parar na Justiça e só em 2005 as vítimas da bomba que viviam em outros países conseguiram conquistar um pequeno auxílio financeiro para tratar da saúde.

A partir de 2008 a entidade que representa essas vítimas passou a ser chamar Associação Hibakusha Brasil pela Paz devido à influência pacifista de Morita. Segundo Junko Watanabe, 81, representante da organização, há atualmente 63 hibakushas vivos no Brasil.

Ela própria está nessa condição e só soube disso quando tinha 38 anos. Deixou Hiroshima com dois anos de idade quando a cidade foi atingida pela bomba e a história nunca lhe havia sido contada. Só em 1980, em uma viagem que ela fez ao Japão, seus pais lhe contaram que ela era uma hibakusha.

O filme sobre Morita tem o apoio da Associação Brasileira da Cultura Japonesa e Assistência Social (Bunkyo) e do Museu da Imigração Japonesa. As filmagens finais foram feitas no Pavilhão Japonês, no parque do Ibirapuera.

Segundo Yamaji, não é um documentário, mas um filme onírico que trata do imaginário que cerca a situação que envolveu Morita. "Eu não queria ficar explorando o sofrimento, a dor, porque a lição dele é mais de superação e de luta pela paz, ele tem essa fixação", afirma.

Entre outras obras, Yamaji é autor de um documentário chamado "Cafundó", feito em 1986, sobre uma comunidade quilombola de Salto de Pirapora.

Em 2020, estimava-se que houvesse 145 mil hibakushas vivos no mundo, sendo que 1% sofria de doenças acarretadas pela radiação.

MODA

SPFW mostra diversidade de corpos, etnias e idade nas passarelas

AÍSSA BASÍLIO
Da Folhapress - São Paulo

A falta de diversidade na moda é um problema enraizado, que oscila de acordo com a temporada. Na última semana, aconteceu a São Paulo Fashion Week, que apesar do novo formato, mais comercial, conseguiu jogar os holofotes, ainda que timidamente, nesta questão. O resgate por uma identidade mais brasileira é um dos ganchos desse olhar.

Nos últimos anos, a SPFW tornou-se mais comercial, com venda de ingressos para o público e coleções mais tradicionais, o prêt-à-porter (do francês, pronto para usar) em seu sentido mais literal. A edição 57 do evento levou esse conceito para outro patamar, com o Shopping J.K Iguatemi como sua sede, ainda que alguns desfiles tenham acontecido no Iguatemi São Paulo e em ambientes externos, na região central da cidade.

A SPFW N57 mostrou que a diversidade continua na moda

A Semana de Moda Paulistana se despediu do Parque Ibirapuera em 2022 para ocupar temporariamente o Komplexo Tempo, localizado na Mooca. Desde então, o evento tem enfrentado desafios para encontrar o tom adequado. A escolha do shopping como local provou ser acertada, pois atraiu um novo público. Com isso, é notável a atenção para evitar cancelamentos, mantendo o foco na diversidade, um tema que segue sendo destaque nas passarelas brasileiras.

Historicamente falando, a moda é dominada por uma perspectiva eurocêntrica, o que vem de fora continua fomentando novas tendências. No entanto, a valorização de diferentes regiões do Brasil mostra uma diferente forma de encarar o que é moda neste contexto, um reflexo disso é a passarela com diversidade étnica, racial, de corpos, LGBTQIA+ e PCD.

Esse recorte é segmentado a certas marcas, não é um consenso entre todas. AZ Marias, única grife gerida por uma mulher negra que desfilou na SPFW, e as marcas nordestinas Dendezeiro, Marina Bitu, Catarina Mina, Walério Araújo, Maurício Duarte costumam voltar o foco para um casting e público, minimamente, diverso.

"As pessoas visualizam marcas como a Dendezeiro que fala sobre diversidade não como um momento, mas como um pilar que você expressa a sua liberdade", afirma Hisan Silva, fundador da marca.

Silva e Pedro Batalha citam como isso está ligado à complexidade de manifestar livremente as próprias ideias sem que isso tenha impactos significativos em diversos aspectos da vida, especialmente ao considerar as referências e influências culturais, como aquelas relacionadas ao Nordeste.

Esse tipo de divergência, é encontrada no mundo da moda desde a década de 1960. No livro "The Fashion System" (O Sistema da Moda), de Roland Barthes, há uma reflexão sobre essa falta de diversidade, ainda que pouco aprofundada. O sistema de poder e hegemonia cultural acabam contribuindo para isso. Só quem está à margem disso é que consegue ter uma percepção melhor do que foge do, dito, padrão.

Desde de sua estreia na SPFW, a Dendezeiro cria praticamente um universo paralelo dentro de um circuito de moda comercial. Há um time de modelos majoritariamente negro e pardo, com pessoas trans e uma pluralidade de corpos lidos como fora do padrão dentro e fora da passarela.

No desfile de AZ Marias, que aconteceu no Teatro Oficina, em São Paulo, era nítido esse cuidado. "O foco da coleção é entregar essa diversidade que a moda tanto fala e nunca faz", disse Cíntia Felix, CEO de AZ Marias. Foi uma celebração de todos os corpos e pessoas não brancas.

Mudando a cena para Catarina Mina, uma das estilistas, Celina Hissa, citou a importância em vestir todas as mulheres, independentemente da idade, cor, etnia e identificação de gênero. "Além do propósito da moda, a gente puxa o propósito da igualdade de gênero, um mundo no qual a gente tem esses lugares de forma mais proporcional e igualitária", afirma Hissa.

Na passarela da Mina, vimos modelos mais velhas, altas, baixas, magras e plus size, assim como de diferentes etnias. "Quando fazemos moda, precisamos dar visibilidade para mulheres, vestimos todos os corpos", completa a designer.

Ainda que exista a presença de pessoas que se encaixem em uma realidade mais vida real, essas personas geralmente são atores, participantes de reality show ou cantores. Ainda é difícil ver, de fato, modelos que fujam do escopo eurocêntrico, mas é importante ver marcas se preocupando em criar um ambiente que busque abraçar a diversidade.

Horóscopo

ÁRIES - 21/03 a 20/04
Maior interesse pelas atividades intelectuais e comunicativas, assim como por conhecer novos ambientes e pessoas. Maior aguerrimento e disposição nesses assuntos. Melhora da situação financeira e dos negócios já iniciados.

TOURO - 21/04 a 20/05
Início de um novo ciclo anual em sua vida, abrindo-se novas perspectivas. Procure as motivações mais verdadeiras e invista seu esforço nelas. Tendência a cometer certas precipitações e a se irritar no trato com o dinheiro.

GÊMEOS - 21/05 a 20/06
Mercúrio e Marte trarão uma diminuição na autoconfiança e alguns conflitos na vida amorosa. Tendência a se afastar um pouco das pessoas para poder refletir melhor a respeito de si mesmo e daquilo que necessita ser aperfeiçoado.

CÂNCER - 21/06 a 21/07
Mudanças na vida cotidiana, podendo alterar horários, modos de agir e de se comunicar com o ambiente e as pessoas. Época favorável para o início de atividades intelectuais que aperfeiçoem sua mente. Pequenos passeios tenderão a ter sucesso e a serem agradáveis.

LEÃO - 22/07 a 22/08
Vigor físico e agressividade no seu modo de agir são qualidades que estarão reforçadas em seu caráter. A vida amorosa fará com que tenha impulsos apaixonados, que podem criar situações tensas. A impulsividade será negativa para a carreira profissional.

VIRGEM - 23/08 a 22/09
Total renovação das oportunidades e de suas motivações. Recuperação da vitalidade física e da autoconfiança. Maior poder de atuar e de tomar decisões. Época favorável para iniciar novas atividades em todos os âmbitos da vida.

LIBRA - 23/09 a 22/10
Mudanças profundas na maneira de pensar, devido a pressões circunstanciais e fora de seu controle. Maior desejo de recolhimento para refletir sobre o seu mundo interior. Apesar disso, as amizades continuam favorecidas.

ESCORPIÃO - 23/10 a 21/11
Dúvidas e sentimentos pouco claros trarão certo conflito interior. Talvez você precise aprender a ser agressivo de uma forma diferente da que lhe é habitual. Condições tranquilas e positivas no trabalho. Continuação da atividade social e das amizades.

SAGITÁRIO - 22/11 a 21/12
Diminuirão os problemas na vida cotidiana, nos meios de transporte e nos estudos, graças a atitudes mais firmes no que toca a esses assuntos. Estímulo positivo para a vida social e a participação comunitária.

CAPRICÓRNIO - 22/12 a 20/01
Muita atividade junto aos amigos, mas tendência a se envolver em alguns atritos com eles. Novas oportunidades na carreira profissional permitirão uma grande melhoria através de empreendimento pessoal.

AQUÁRIO - 21/01 a 19/02
Ocorrerão mudanças no trabalho, devido à necessidade de planejar melhor suas ações. E' bom que você se mantenha dentro do planejado para que não haja enganos. Período benéfico para os estudos universitários, para a vida cultural e o contato com outros países.

PEIXES - 20/02 a 20/03
É bom que você busque uma compreensão mais profunda sobre o seu psiquismo e sobre a maneira como se relaciona com as pessoas. Compreendendo melhor a si mesmo, você poderá adquirir mais segurança emocional.